



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2023 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA

-----Aos dez dias do mês de maio de 2023, na Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense (ACRUTZ), realizou-se pelas vinte e uma horas, a segunda reunião da sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----3. Apreciação da Atividade Municipal-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patricia Narciso Faria Lopes e Pedro Miguel Pinto Mendes;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata; Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso e António Fernando Amiano Marques e Mónica Cristina Sousa Oliveira Valadas; -----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Miguel Tomás Cristóvão Nunes e Germano Óscar Amorim de Barros; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Carlos Alexandre Pinto de Oliveira Macedo.-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho.-----

-----Compareceram ainda, em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Sérgio Fidalgo Carvalho, em substituição da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Ricardo Jorge Marques Dias, e a substituta do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Ana Luísa Gomes Rodrigues Cabrita.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas.-----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus e dos Vereadores(as) Felicia Maria Cavaleiro Costa, Nélson Carlos



Assembleia Municipal de Sesimbra

Simplício Pólvora, Maria Argentina Amiano Marques, Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Souza Oliveira. -----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes, o senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente e Vereadores (as), colegas da Mesa, deputados, público que assistia quer presencialmente, quer através da transmissão online. Cumprimentou também os técnicos de multimédia, som e imagem e as técnicas do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal. -----

-----Agradeceu em seguida os anfitriões da sessão de hoje, da Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora que recebiam a Assembleia na sede do Zambujal, estando hoje “fora de portas”, fora além da porta habitual, fora também em termos de freguesia, sendo que hoje estavam na Freguesia do Castelo para esta segunda reunião da sessão ordinária de abril. -----

-----Justificou em seguida a ausência da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Correia, que se fazia substituir pelo membro do Executivo Sérgio Carvalho, e também da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Gomes, que se fazia substituir pelo membro do executivo Ricardo Dias. Também a Deputada Luísa Carvalho, que se fazia substituir pelo Deputado António Marques, o Deputado Ricardo Mendes, que se fazia substituir pela Deputada Mónica Valadas, bem como o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos pólvora, que se fazia substituir pelo membro do Executivo Ana Cabrita. Justificou também a ausência do Deputado Carlos Oliveira, que se fazia substituir pelo Deputado Miguel Cristóvão Nunes. -----

-----Justificou ainda a ausência do Vereador José Polido, que por motivos de ordem pessoal não podia estar presente. -----

-----Informou em seguida que no passado sábado se tinha realizado a 15ª cerimónia de entrega de prémios do Concurso “As Cores da Cidadania”, um projeto levado a cabo pela Assembleia Municipal. A iniciativa tinha corrido muitíssimo bem, na sala polivalente da biblioteca municipal, com uma forte presença de alunos, de familiares, de professores e também de uma diretora de agrupamentos, bem como da Senhora Vice-Presidente da Câmara, que tinha estado em representação do município, da Vereadora Argentina Marques e de vários deputados. -----

-----Tinha sido uma cerimónia bastante participada com a 197 trabalhos de alunos do primeiro e segundo ciclo. Portanto, não era de mais referir e voltaria a fazê-lo porque quer este projeto, quer a Assembleia Municipal de Jovens, eram bastante acarinhados por todos, mas sem dúvida que estes existiam e tinham a dinâmica que tinham devido aos professores, que eram um elo fundamental nestes e onde estavam de alma e coração, dinamizando-os e incentivando os seus alunos a participar. -----

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Deixou também uma palavra, que lhe parecia justa, aos diretores de agrupamentos que davam as ferramentas necessárias para que os professores pudessem dinamizar e levar a cabo essa participação no projeto, e também aos pais e encarregados de educação, que motivavam os seus filhos à participação nestas iniciativas. -----

----- Referiu que a 20ª edição da Assembleia Municipal de jovens se iria realizar no próximo sábado, dia 13, às 15h00, nas instalações do MG Boos, na Quinta do Conde, para a qual ficavam todos, desde já, convidados. Os deputados já tinham recebido o convite formal, mas também o público presente e aquele que assistia a partir de casa, ficava desde já convidado para esta sessão. -----

----- Informou que esta edição estava inserida nas comemorações do cinquentenário do 25 de Abril e era subordinada precisamente a esse tema, portanto, seria um momento marcante também naquilo que eram as atividades e as sessões. -----

----- Por fim, disse que no final do mês teriam mais 1 ano a comemorar o dia 31 de maio, o dia do pescador, que era o dia em que o Município celebrava e honrava os pescadores. Mais uma vez, a Assembleia Municipal teria também a sua participação, sendo que esta tinha vindo a distinguir desde 2020, o pescador mais jovem em atividade, portanto, seria mais 1 ano que essa iniciativa seria levada a cabo. -

----- Perguntou em seguida se algum deputado tinha alguma informação também a prestar neste período. Não havendo, informou o público presente que, caso tivessem intenção de fazer alguma intervenção no período que lhes estava destinado, teriam de preencher um impresso junto da técnica do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- Relembrou que esta era uma segunda reunião, sendo que haviam dividido a sessão ordinária de abril em 2 e nesta haveria Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), com uma série de documentos para discussão. Mas, antes disso, havia algumas atas para aprovação, duas delas do mandato anterior que estavam pendentes de deliberação e que tinham sido apreciadas pelos líderes dos grupos municipais do mandato a que se referiam. Neste sentido, à semelhança daquilo que vinham fazendo, perguntou se havia alguma objeção, uma vez que já tinham sido corrigidas pelos líderes de então para considerá-las como aprovadas. -----

----- Não havendo nenhuma objeção, **a ata de 25 de junho de 2021 do mandato de 2017/2021**, aprovada em minuta no final da respetiva reunião, que mereceu a apreciação e concordância dos Líderes dos Grupos Municipais do anterior mandato, **foi considerada aprovada**. -----

----- **A ata de 28 de junho de 2021 do mandato de 2017/2021**, aprovada em minuta no final da respetiva



Assembleia Municipal de Sesimbra

reunião, que mereceu a apreciação e concordância dos Líderes dos Grupos Municipais do anterior mandato, **foi considerada aprovada.**-----

-----Logo após, colocada à votação, a Assembleia Municipal **aprovou, por unanimidade, a ata da sessão extraordinária de 13 de abril de 2022.**-----

-----De seguida, o Presidente declarou aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), informando que havia uma Moção e 4 recomendações, sendo que, de acordo com o Regimento, seriam apresentadas primeiro as moções e depois as recomendações, pela ordem de entrada nos serviços. -----

-----Cedeu em seguida a palavra ao GM da CDU, para que fizesse a apresentação da Moção.-----

-----Fez uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia à Assembleia Municipal através das redes sociais ou do YouTube. -----

----- De seguida, fez a leitura da **Moção com o título: “Em defesa da escola Pública e valorização dos professores”**, que a seguir se transcreve:-----

----- *“A educação, concretizada pela Escola Pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, é um direito fundamental e condição para a emancipação individual e coletiva, possibilitando a formação integral de cada cidadão, através do acesso ao conhecimento cultural e científico e o maior garante de combate às desigualdades sociais. A Escola Pública, promotora da igualdade de oportunidades e do sucesso educativo, é também o veículo por excelência do desenvolvimento económico, cultural e social do País.* -----

-----*Ano após ano, a Escola Pública, pilar de uma sociedade democrática, tem vindo a ser confrontada com opções políticas que desresponsabilizam o Estado, a desvalorização e subfinanciamento, traduz-se num contributo para um acentuar das desigualdades ao longo da sua escolaridade. O agravamento da realidade vivida na escola pública diminui a qualidade das condições de aprendizagens proporcionadas às crianças e jovens, bem como às suas famílias e não resolve os problemas que afetam o dia-a-dia nas escolas. A defesa da Escola Pública concretiza-se com investimento na mesma, com a colocação dos profissionais em falta, sejam estes docentes, não docentes ou técnicos especializados, com a valorização os seus profissionais e das suas carreiras e com a melhoria das condições de trabalho e de estudo.*-----

-----*É pelo agravamento das suas condições de trabalho e pela dignificação da sua profissão que os professores e educadores e sindicatos que os representam, estão em luta e nas ruas há vários anos, e desde o início do ano letivo, que participam de modo inabalável em ações e iniciativas na defesa da Escola Pública e de melhores condições de trabalho e de carreira, onde afirmam e exigem Respeito! sendo urgente que o governo e o ministério da educação oiçam as suas reivindicações e que deem resposta aos seus justos anseios, pois ignorá-las é condenar o futuro da Escola como a conhecemos e da qual somos fruto. Faltam*

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

professores nas escolas, a parca atratividade para a profissão faz com que os jovens não queiram enveredar nessa carreira, com a agravante dos milhares de professores que se estão a aposentar, isto, para não falar de outros tantos milhares que abandonaram a profissão. -----

-----A falta de docentes não se pode combater da forma mais fácil, alargamento das habilitações próprias, respondendo de imediato a um problema, mas acentuando-o no futuro e pondo em causa a qualidade do ensino, mas sim, com políticas de valorização da carreira docente e a melhoria das condições do exercício da sua profissão, de forma a tornar a profissão atrativa e captar mais jovens. -----

-----Os professores e educadores exigem um regime justo de concursos, onde a graduação profissional seja o único critério e rejeitam a criação de conselhos locais de diretores com competências no recrutamento e afetação de docentes às escolas/agrupamentos dentro do mesmo quadro de zona pedagógica. A precariedade na profissão docente é uma das reivindicações que há muito deveria ter tido resposta. São mais de 15 mil professores que deveriam estar nos quadros do ministério da educação por exercerem há três ou mais anos, alguns destes com quinze ou mais anos de serviço, auferindo vencimentos do 1º escalão por não ingressarem na carreira docente. -----

-----Os professores que enchem as ruas exigem, e justamente, a contagem integral do tempo de serviço, bem como a eliminação das quotas e vagas para a progressão para os 5.º e 7.º escalões.-----

-----Mas as reivindicações não ficam por aqui, passam nomeadamente pela eliminação de tarefas burocráticas impostas aos docentes, dando-lhes tempo para aquilo que realmente é a profissão docente, processo de ensino-aprendizagem, ou a revisão do regime de Mobilidade por Doença, que garanta a deslocação de todos os que, comprovadamente, tiverem doenças incapacitantes ou acompanhem familiares diretos nessas condições, ou ainda pela resolução de problemas de grupos específicos de professores como o grupo de recrutamento 530 ou a contagem do tempo de serviço prestado pelos/as educadores/as em creche ou a vinculação e regime de concursos dos professores do ensino artístico. ----

----- Por estes motivos, e tantos outros, os professores e educadores estão em luta, afirmando nas suas escolas e na rua que exigem Respeito! que estão em luta pela defesa da Escola Pública e pela valorização da profissão docente e pelo futuro de um país. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida, a 10 de Maio de 2023 delibera: -----

-----1. Saudar a luta dos professores, educadores, bem como os sindicatos que os representam nas suas justas reivindicações, em defesa da Escola Pública através da valorização das carreiras;-----

-----2. Instar o Governo a investir na Escola Pública e a valorizar os seus docentes, mas também nos outros profissionais de educação, proporcionando melhores condições de aprendizagem para as crianças e

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

jovens e de trabalho; -----

-----3. Exigir ao Governo e ao Ministro da Educação o combate efetivo à precariedade, com a realização de concursos extraordinários de vinculação dos professores, independentemente de se tratar de horários completos ou incompletos e anuais ou temporários; -----

-----4. Exigir ao Governo e ao Ministro da Educação, a contagem integral do tempo de serviço docente; -----

----- 5. Instar o Governo e o Ministro da Educação para cumprir um regime justo de concursos através do mecanismo único da graduação profissional;-----

----- 6. Repudiar a criação de conselhos locais de diretores com competências no recrutamento e afetação de docentes às escolas/agrupamentos; -----

-----7. Exigir ao Governo e ao Ministro da Educação o fim das quotas e vagas na passagem do 4º para o 5º e do 6º para o 7º escalões e a revisão do modelo de avaliação de desempenho. -----

-----Dar conhecimento: -----

-----Presidente da República; Primeiro-ministro; Ministro da Educação; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Sesimbra; Diretores de Agrupamentos Escolares do concelho de Sesimbra; CGTP; UGT; FENPROF; FNE STOP.”-----

*-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que começou por cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e todos os vereadores. Também todos os colegas deputados, trabalhadores da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e, em particular, deixar uma saudação especial à ACRUTZ e aos seus corpos dirigentes, sabendo que felizmente já tinham tido oportunidade de estar aqui noutras ocasiões, onde sabiam que era também um ponto de encontro da população, principalmente do Zambujal, e, face ao serviço que prestavam a esta Comunidade, devia de ser reconhecido. -----*

----- Sobre o tema da escola pública, disse que o Partido Socialista não podia ter outra atitude senão defender a escola pública, e sabiam que a escola pública, o ensino público, e o acesso ao ensino era um pilar fundamental das conquistas do 25 de Abril. Referiu que a possibilidade do chamado “elevador social” só se concretizava se houvesse acesso de toda a gente e de todas as crianças ao ensino público, e naturalmente que não havia ensino sem professores. Era uma profissão que tinha de ser dignificada e garantida ao longo do tempo com a dignidade que merecia apesar de que nem sempre todas as forças da sociedade contribuíam para isso. -----

-----Disse também que a escola pública era o garante da democracia e da liberdade, porque só com o conhecimento era possível ter cidadãos capazes de lutar pelas suas condições de vida, de as melhorar, de

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

conseguirem desmontar dogmas e tentar fazer com que as pessoas pudessem, de facto, ver e ter capacidade de crítica própria, de ter conhecimento e de os jovens serem cidadãos íntegros que podiam ganhar, na escola pública, as competências.-----

-----Referiu também que muitas vezes era a escola pública que ajudava nas próprias desigualdades e nas próprias dificuldades sociais em que as famílias viviam, e servia também como uma forma de diagnóstico daquilo que acontecia nas famílias e servia, atualmente, cada vez mais, nos apoios sociais, fosse nas cantinas, como uma forma de levar às famílias melhores condições e, naturalmente, com o alargamento também às camadas mais jovens e o alargamento para o pré-escolar e infantários da possibilidade de todos os cidadãos poderem aceder gratuitamente a esses níveis de escolaridade ou ensino, eram o garante daquilo que depois lhes iria transmitir o maior sucesso na vida. -----

-----Por isso, o Partido Socialista tinha, ao longo dos anos, defendido o papel da escola pública, dado as ferramentas e evitado os ataques que normalmente vinham quando havia mudanças de ciclo político, à escola pública, muitas vezes encapuçadas na liberdade de escolha, com os cheques de educação que não eram mais do que o contributo para a desigualdade no acesso e no tratamento dos jovens, e, por isso vinha sendo o PS, ao longo deste anos, que vinha fazendo e dando o seu contributo para a escola pública.-----

-----Referiu que sabiam que havia dificuldades e que estas existiam no Estado Central e nos municípios, e, por isso, nem tudo o que gostariam de garantir aos profissionais que trabalhavam no setor da educação, podia ser garantido, e, por isso, tinham de olhar com preocupação para as carreiras e para aquilo que era possível dar e o que era justo garantir aos professores sabendo que, naturalmente, qualquer governante gostaria de criar melhores condições e dar maiores condições para o desenvolvimento da atividade e dos profissionais, mas tinha de haver ponderação. Sabiam que nos municípios, e aqui em Sesimbra, existia a preocupação em garantir a sustentabilidade económica, e também no Governo Central tinha de haver essa preocupação. Por isso, sabiam que estava a ser feito um esforço para melhorar as condições dos professores, sendo que tinha sido aprovado e homologado, pelo Presidente da República, um regime de recrutamento e colocação de professores que iria permitir alguma justiça sobre este tema. Por isso, o PS continuava preocupado com o tema da educação, continuava a fazer tudo o que podia e que era possível para dignificar as carreiras, sabendo que tinha de haver a ponderação necessária para que se pudesse ter uma sustentabilidade no futuro. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que cumprimentou todos os presentes bem como o público em casa e deixou uma palavra de agradecimento à ACRUTZ por receber a AM na sua casa.



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre a Moção, disse que iria votar favoravelmente não porque não concordava com esta na totalidade. Ou seja, percebia alguns dos argumentos que eram utilizados, mas tinha algumas dúvidas quanto às soluções aqui preconizadas, mas acreditava que neste momento, na educação, viviam um momento em que dos dois lados da barricada havia demasiadas certezas e era isso que gerava um impasse que achava que já estava a gerar algum desespero nos utentes da escola pública, na sociedade em geral, e não sabia como é que se iria resolver. -----

-----Referiu que, algumas das questões aqui levantadas e outras que também eram defendidas pelo Governo, achava que havia demasiadas certezas quando as dúvidas eram muitas. Havia demasiadas coisas que deviam ser ponderadas. Agora, aquilo que era importante e que gostaria de salientar aqui, tinha a ver com a intransigência da defesa da escola pública e, obviamente, o papel indispensável que os professores tinham, porque sem professores, obviamente não tinham uma escola pública de qualidade e aquilo a que vinham assistindo era uma degradação da escola pública que decorria também da forma como não se vinha valorizando a profissão de professor, mas não era algo que estivesse a acontecer agora. Infelizmente era uma construção que já tinha algum tempo e decorria muito da falta de estratégia, da forma como se tinha olhado para a educação ao longo das últimas décadas, sendo que tinha havido muitas decisões tomadas “em cima do joelho”. Disse que se recordava que há relativamente poucos anos, tinham excesso de professores e não havia colocação para estes, e agora já tinham falta de professores. Isto era só um exemplo, mas decorria desse pensamento estratégico do que é que se queria para a escola pública e não a pensar em resolver os problemas só no próprio dia. -----

-----Disse que ainda bem que tinha chegado esta Moção, porque era um assunto que estava sempre na ordem do dia, deixando aqui também uma ressalva final que tinha a ver com o facto de, infelizmente, também para a defesa da escola pública, o desgaste que se vinha sentindo na sociedade com esta pressão de ambos os lados, no sentido de que havia duas trincheiras e a verdade era que não se conseguia vislumbrar uma solução ao fundo do túnel, e isso acabava por ser exasperante para quem estava de fora e para quem precisava da escola pública, que era a sociedade. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e disse que este era um assunto pessoalmente, delicado. Referiu que era profissionalmente ligado ao ensino público e revia-se em muitas coisas que estavam aqui esplanadas, nomeadamente, a questão da contagem de tempo que tinha sido perdido que, no seu caso pessoal, nunca tinha conseguido quantificá-lo em 6 anos, 6 meses e 23 dias, mas seria algo do tipo, ou mais, a questão de cotas para passagem a outros escalões, que existia noutras carreiras, como por exemplo na sua, mas as quotas eram extremamente fechadas e a

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

perspetiva de grande parte dos seus colegas e do próprio, era que o topo da carreira nunca seria alcançado e que não teriam qualquer possibilidade de isso acontecer. Qualquer progressão na carreira também era sempre mediante concursos muito fechados, com poucas vagas, e quando abriam, era um acontecimento.

-----Disse que tinha vindo a acompanhar esta luta dos professores do ensino básico e secundário, essencialmente um pouco à distância, mas um pouco apreensivo no sentido de que se todas estas reivindicações fossem cumpridas, para esta carreira em particular, se isso não comprometeria qualquer hipótese de restabelecer alguma justiça e alguma destas situações que se tinham passado com outras carreiras, a sua e outras, e que poderiam ficar, eventualmente, comprometidas. Acrescentou que era muito sensível a esta questão de conseguir haver um equilíbrio e a sustentabilidade a todo este sistema, e, portanto, pessoalmente, não se conseguia rever plenamente nestas reivindicações. -----

-----Disse que também compartilhava da intervenção do Deputado Carlos Macedo sobre toda a situação de stress criada à volta do ensino, porque não era uma situação de agora. Referiu que havia acompanhado muito de perto porque tinha estado muito ligado à própria formação de professores há 20 anos, e, nessa altura havia professores a mais, havia cursos de formação de professores que tinham 60 e 70 alunos de primeiro ano em cada ano, e, de repente, tinha fechado, de um ano para o outro. Confessava que, na sua opinião pessoal, as entidades sindicais também não tinham ajudado nada nessa altura e, portanto, os acontecimentos de há 20 anos tinha feito com que, como muita gente havia dito na altura, e o próprio havia reconhecido que era que era bem provável que acontecesse, 20 anos depois estivessem a pagar por isso, porque não tinham professores. Esta era uma situação muitíssimo complexa que vinha a ser acumulada ao longo de anos e anos, e realmente a defesa da escola pública era inquestionável, mas não sabia se era exatamente assim que conseguiriam criar um sistema, à volta da escola pública, que fosse sustentável e que à volta de outras carreiras públicas também houvesse a mesma sustentabilidade e, portanto, tinha alguma apreensão em relação a estas reivindicações. Por fim, disse que, falando muito pessoalmente, tinha alguma dificuldade em rever-se por completo neste documento. -----

-----Fez uso da palavra a **Deputada Cláudia Mata** que cumprimentou todos os presentes e, sobre a Moção, disse que queria lembrar que ao longo deste processo de negociação, o Governo tinha vindo a ouvir os representantes dos professores e introduzido várias alterações, como a última que se havia verificado a nível do recrutamento. Julgava que, atualmente, as estruturas representativas dos professores centravam-se essencialmente na recuperação do tempo de serviço e nas quotas para a progressão dos 2 escalões, nomeadamente, do quinto e do sétimo escalão. Gostava de recordar que cerca de 75% dos



Assembleia Municipal de Sesimbra

professores tinham acesso à progressão no quinto escalão, e, do sétimo escalão, tinham acesso cerca de 58%. Portanto, eram umas quotas generosas. -----

-----Sobre estes temas, importava ainda recordar que em 2018 tinham sido recuperados 2 anos, 9 meses e 18 dias de serviço, estabelecendo-se assim um paralelo entre as várias carreiras da administração pública. Portanto, as quotas e o tempo de serviço acabavam por ser as duas matérias transversais a toda a administração pública e não eram específicas da carreira docente, e era isto que gostava de deixar aqui vincado. Acrescentou que, de facto, a escola pública, e os professores em particular, eram determinantes para a construção de uma sociedade plena, não podiam nunca esquecer isso, mas havia uma abertura do Governo para tratar desta matéria, conforme se vinha verificando ao longo destes últimos anos em que se vinha discutindo imensas matérias sobre os professores e sobre a escola pública, mas agora estavam, de facto, num impasse que se cingia a duas matérias essenciais que não eram exclusivas da escola pública, mas eram transversais a toda a administração, que tinha a ver com a recuperação do tempo de serviço e com as quotas, o sistema de avaliação que existia na administração pública em geral. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que, respondendo ao Deputado Paulo Caetano, disse que o que a CDU sugeria não era que fosse no imediato, mas que fossem progressivamente repostos os direitos e o que tinha sido perdido, quer não só aos professores, mas quer a toda a função pública na generalidade. Acrescentou que tinham noção que no tempo da Troika os direitos e as regalias tinham sido cortados, sendo que ainda hoje não tinham atingido aquilo que tinham antes da Troika, mas isto podia ser feito gradualmente, e aquilo que sentiam por parte dos professores e daquilo que se assistia por parte das entidades sindicais, era que não ia havendo, por parte do Governo, em determinadas áreas, a abertura para que fosse gradual, sendo que fechavam a porta a algumas reivindicações e não havia essa abertura. -----

-----Disse que entendiam que essa recuperação devia de ser feita gradualmente para não pôr em causa as contas públicas, mas as contas públicas também podiam ser postas em causa, como já tinham dito, porque os apoios à banca continuavam a existir, os buracos da TAP continuavam a existir, e continuavam a financiar entidades externas àquilo que era a administração pública, nomeadamente a banca e outros, para os quais havia sempre dinheiro, agora para repor os direitos dos trabalhadores, nunca havia condições económicas. Por fim, dirigindo-se ao Deputado Sérgio faias, disse que ainda bem que existiam creches e que estas seriam públicas e gratuitas a todos, mas o seu “dono” era uma proposta do Partido Comunista Português (PCP) no âmbito da discussão do orçamento geral de Estado, que ainda bem que tinha sido



Assembleia Municipal de Sesimbra

acolhida pelo Partido Socialista. Deveriam ter acolhido se calhar mais quer do PCP, quer do Partido Ecologista “Os Verdes”, e possivelmente estariam hoje muito melhor do que aquilo que estavam.-----

-----Usou novamente da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que referiu que, de facto, o Grupo do Partido Socialista, olhando para o para o título da moção “em defesa da escola pública”, estava totalmente de acordo, bem como pela valorização dos professores que, como já tinha dito, era uma profissão nobre e naturalmente apoiavam aquilo que fosse garantir toda a dignidade desta profissão, no entanto, não se reviam na totalidade do conteúdo deste documento, e, por isso, iriam-se abster nesta votação.-----

-----De seguida, o Presidente da AMS colocou à votação a **Moção com o título “Em defesa da Escola Pública e valorização dos Professores”** que foi **aprovada por maioria, com 14 votos a favor (10 CDU, 2 CHEGA, 1 BE e 1 MSU) e 10 abstenções (8 PS e 2 PSD)**.-----

-----O GM do PSD informou que iria chegar a Declaração de Voto por escrito ao Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, que não foi entregue.-----

-----Foi dada continuidade ao PAOD com a Recomendação à **Câmara Municipal sob o tema “Toponímia - Greve de 11 de abril de 1900”** que a seguir se transcreve:-----

-----“No dia 11 de abril de 1900 decorreu uma greve de pescadores de algumas das armações de Sesimbra, que se recusaram a sair para o mar nesse dia.-----

-----Na base do protesto estava a percentagem recebida pelos pescadores, que nalgumas armações era 15%, mas que nas participantes do protesto seria de apenas 10%.-----

-----O armador e presidente de Câmara à época (administrador do concelho), Alípio Loureiro, contratou camponeses para suprir a falta dos trabalhadores que se recusaram a sair para a pesca, sem que fossem revistas as condições de remuneração. Perante esta situação, os grevistas deitaram-se na praia juntamente com as suas famílias e com outros pescadores que se solidarizaram, impedindo que as embarcações saíssem para o mar. O administrador do concelho, Alípio Loureiro, deslocou-se à praia e deu ordem de retirada aos manifestantes, que não foi cumprida pelos grevistas. O governante chamou então uma força militar composta por 20 praças da Infantaria 11 de Setúbal, a quem foi dada ordem de fogo, primeiro para o ar para dispersão, mas depois para fogo baixo, donde resultou uma morte imediata e dois feridos graves que viriam depois a falecer, além de alguns feridos ligeiros.-----

-----Uma curiosidade, que serve apenas para atestar a nobreza desta ação e dos pescadores envolvidos, decorre do facto de que nenhuma das vítimas era grevista, mas sim pescadores que se solidarizaram com a luta dos seus camaradas.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----As vítimas foram Hermano José de Faria, Joaquim Marujo e António da Feliciano. O primeiro terá sido o primeiro a perecer, de imediato na praia, e deixou mulher e 6 filhos. Os outros ficaram feridos com gravidade tendo falecido já em momento posterior, sendo que o Joaquim Marujo nada tinha que ver com o conflito e se encontraria a pescar numas pedras na praia.-----

-----Representantes das partes foram, no próprio dia, presentes ao Governador Civil em Lisboa, que terá ainda ido contra os pescadores, tendo ainda mandado fechar as associações de marítimos e pescadores. -

-----Segundo notícias da época, o enterro das vítimas terá ficado ao encargo dos pescadores que se terão organizado para fazer face às custas.-----

-----A Alípio Loureiro, foi atribuído um topónimo de um largo na aldeia de Santana na Freguesia do Castelo. -----

-----A greve de 11 de abril de 1900, e aqueles que participaram nessa jornada de luta, nomeadamente os que perderam a vida nesse fatídico dia, estão esquecidos nos anais da história de Sesimbra e merecem ser imortalizados, através da atribuição de um topónimo que revele a grandiosidade dos seus atos e nos recorde a sua nobreza e coragem. -----

-----Num momento em que se prepara a comemoração dos 50 anos sobre o 25 de abril de 1974, símbolo da liberdade, a Assembleia Municipal de Sesimbra, recomenda à Câmara Municipal que: -----

-----• Equacione a retirada do topónimo atribuído a Alípio Loureiro -----

-----• Atribua topónimo que realce a dignidade, nobreza e bravura da greve de 11 de abril de 1900 e enalteça os que nela participaram e os que em face da ação repressiva das autoridades perderam a vida. -

-----Sesimbra, 10 de maio de 2023” -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que começou por agradecer também aos funcionários da autarquia que estavam aqui a possibilitar a realização desta sessão. -----

-----Sobre a Recomendação, disse que esta tinha a ver com um acontecimento histórico verificado em Sesimbra no dia 11 de abril de 1900 e, resumindo, aquilo que estava exposto tinha a ver com uma greve de pescadores ocorrida nessa data, em que os pescadores pertencentes a algumas ou pelo menos a uma das armações que estavam a operar em Sesimbra, se haviam recusado a sair para a faina e em causa estava a percentagem de remuneração aos pescadores. Em face disso, o armador da dita embarcação, que era o Presidente da Câmara à época, naquela altura, chamado administrador do Concelho, Alípio Loureiro, havia contratado um conjunto de outros trabalhadores, neste caso, segundo os relatos da época, camponeses para substituírem os pescadores e possibilitarem que a atividade se mantivesse. Em face disso, e sob protesto, os pescadores que pertenciam a essa armação, haviam-se deitado na praia juntamente com as

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

suas famílias e com outros que com eles se haviam solidarizado, impedindo que as embarcações pudessem sair para o mar. Perante esse impasse, o Administrador do Concelho deslocara-se à praia, dando ordem aos manifestantes para dispersarem, o que não acontecera. Depois acabara por chamar uma força militar de 20 praças da infantaria, 11 de Setúbal, a quem primeiramente havia dado ordem de fogo para dispersar os manifestantes, depois de fogo baixo e de seguida de fogo alto. No desenrolar de toda esta situação, tinham morrido 3 pessoas. -----

----- As vítimas tinham sido o Hermano José de Farias, o Joaquim Marujo e o António da Feliciano, que era o nome pelo qual era conhecido. O primeiro teria morrido imediatamente na praia, deixando mulher e 6 filhos, e os outros tinham ficado feridos com gravidade, tendo falecido em momento posterior, sendo que no caso do Joaquim Marujo, este nem sequer pertencia à greve e não estava em protesto, mas a pescar ou a apanhar sol numa pedra ligeiramente afastada. -----

-----Este acontecimento havia motivado a apresentação desta recomendação à Câmara Municipal porque existia um topónimo, curiosamente, atribuído ao Administrador do Concelho dessa época, o Alípio Loureiro, que tinha dado ordem de fogo sobre os manifestantes. O que era recomendado à Câmara Municipal quando também se comemorava a liberdade e o direito à greve que havia decorrido nos pós 25 de Abril, apesar deste ser um momento ainda bastante anterior, era equacionar a revisão do topónimo atribuído a Alípio Loureiro. Acrescentou que não estava a fazer sequer uma análise do trabalho desenvolvido em prol de Sesimbra por este Senhor, mas acreditava que uma mancha destas era condição mais do que suficiente para que lhe fosse retirado o topónimo, e sugerir também a atribuição de um topónimo que evocasse a greve de 11 de abril de 1900 e aqueles que nela haviam participado, nomeadamente aqueles que tinham acabado depois por perecer em defesa dos seus direitos. -----

-----Disse que tinha partilhado com os deputados algumas notícias da época onde estava a identificação do topónimo existente atribuído ao Alípio Loureiro. Por fim, disse que, pelo contexto todo, acreditava que era um momento de realçar o direito à liberdade e à greve e ficar também, em parte orgulhosos da nobreza e a coragem destas pessoas que, há 120 anos, em condições muito diferentes daquelas que felizmente havia hoje, tinham lutado e morrido a lutar pelos seus direitos. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Pedro Mendes** que cumprimentou todos os presentes e ao público que assistia em casa, e deixou um agradecimento especial aos funcionários que permitiam que esta sessão fosse realizada. -----

----- Em relação à Recomendação, disse que gostariam de propor que esta baixasse à Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente (Comissão 2), porque era um documento que tinha

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

alguma sensibilidade na sua essência, até porque ele era uma notícia e era tratada com alguma leviandade no assunto, o que contrastava um pouco com a gravidade dos acontecimentos ocorridos no dia 11 de Abril, como o Deputado Carlos Macedo havia referido, do qual, antes de mais, havia que lamentar a morte dos 3 pescadores, que desta vez, não na labuta diária, mas na defesa de melhores condições de vida e de trabalho para os pescadores e as suas famílias, nomeadamente daquela embarcação, que eram funcionários do senhor Alípio Loureiro, nomeadamente, o Senhor Hermano José de Faria, Joaquim Marujo e António da Feliciania. -----

-----Disse que a Bancada da CDU, como era lógico, estava e sempre tinha estado ao lado dos pescadores e não podia deixar de lamentar a perda destas três vidas numa luta contra a desigualdade já patente nessa data, e que as condições dos pescadores nem sempre tinham sido e ainda continuavam a não ser as melhores. Era uma luta que infelizmente ainda continuava e enquanto as condições dos nossos pescadores não fossem dignas, a CDU estaria aqui. -----

-----Referiu que, este documento, na opinião da CDU, deveria de baixar à Comissão 2 porque, além de ser um tema sensível, seria importante esta Assembleia ter acesso à deliberação de Câmara, ao respetivo processo e perceber o contexto de quando tinha sido atribuído o topónimo. Informou que este advinha de uma proposta apresentada pela Junta de Freguesia do Castelo em 2005, que havia contado com o parecer favorável da Comissão de Toponímia da Câmara Municipal de Sesimbra, onde até tinha estado presente, e tinha assento, a junta de Freguesia de Santiago, de onde eram oriundos os pescadores que tinham falecido. Acrescentou que qualquer alteração deveria ser sempre precedida de uma auscultação aos moradores. --

-----Por fim, uma vez mais, disse que seria prudente que a recomendação baixasse à Comissão 2, uma vez que era uma matéria sensível que não devia ser tratada com leviandade, mas sim com grande sentido de elevação e convergência de opiniões entre os eleitos. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que disse que reconheciam um pouco as palavras do Deputado Pedro Mendes. Portanto, na prática, consideravam que o tema era relativamente sensível, porque mexia também com as pessoas e as próprias famílias. Pensava que devia ser olhado com mais cuidado. -----

-----Disse também que todo o enquadramento fazia sentido, e a questão de equacionar a retirada do topónimo deixava algumas dúvidas, porque mesmo em termos operacionais das pessoas que viviam naquela zona, devido a uma série de documentação que tinha de se tratar, devia ser analisado com mais algum cuidado.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre o segundo ponto, disse que se reviam na criação de um novo topónimo, mas sobre o primeiro ponto, tinham algumas dúvidas e pensava que, poderia baixar à Comissão 2 que, neste caso, parecia que seria adequada e também concordavam com essa proposta.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado João Castanho** que começou por cumprimentar todos os presentes e a quem estava a assistir a partir de casa, e, sobre a recomendação, disse que, assim à “primeira vista” e olhando aos dias de hoje, esta faria todo o sentido, mas tinham de se contextualizar à época em que estavam e os motivos, portanto, tinham de ir um bocadinho mais além daquilo que tinham à frente, e nesse sentido, também concordava com o facto de baixar à Comissão para depois analisar, porque deviam ver este assunto contextualizado à época, quais eram as funções, as missões, o que é que se tinha dado efetivamente e quais eram as motivações todas. Atualmente, isto era impossível de acontecer, mas à época não sabiam, e era essa a indicação que deixava aqui.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Germano Barros** que cumprimentou todos os presentes e, em relação à recomendação, disse que estavam a falar de uma greve que havia ocorrido há 123 anos e as coisas eram diferentes naquela altura e o assunto era bastante sensível. Por isso, também recomendavam que esta recomendação baixasse à Comissão “2”, que achavam que era o mais sensato.-----

-----Fez uso da palavra o **Deputado Pedro Mendes** que reforçou que a Bancada da CDU se revia na atribuição de um topónimo sobre a nobreza e a bravura dos pescadores que haviam efetuado a greve no dia 11 de abril de 1900.-----

-----Usou novamente da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que consideravam isto muito importante, mais que não fosse para avivar a memória. Por isso, este documento tinha esse valor, até porque havia pessoas que iriam ter conhecimento sobre o que estavam aqui a falar, mais que não fosse por isso, tinha todo esse valor, portanto, se pudessem ter uma versão em que todos se revissem e considerassem que estava em condições, teria ainda mais valor.-----

-----Fez uso da palavra o **Presidente da AMS** que referiu que enquanto o Deputado Carlos Macedo tinha feito a apresentação do documento, os serviços tinham passado recortes de jornal de factos que, em continuidade com o que o Deputado Sérgio Faias havia referido, vinham dotar também de mais algum conhecimento e fazer o enquadramento, dado que eram recortes do ano 1900. Eram factos históricos muito importantes e pedaços de história que tinham chegado através do Deputado Carlos Macedo e que acrescentavam peso ao documento.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que disse que, achava que podia ser um lapso de linguagem, mas não gostava que tivessem dito que o tema tinha sido tratado com leviandade, porque tinha

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tentado procurar toda a informação disponível e possível e, até a forma como o documento era apresentado, sendo que solicitava que se equacionasse a possibilidade de remover o topónimo e nada nesta proposta de recomendação estava com o espírito taxativo. Assumia que não fosse bem essa a perceção e que o termo não tinha sido o mais correto.-----

-----Relativamente à proposta de baixar à Comissão, disse que não o chocava e que não era por aí que não iriam tentar encontrar mais algum consenso sobre o documento. Reforçou que, o que era apresentado era uma recomendação e essa obviamente, também pelos serviços de toponímia da Câmara Municipal, obrigariam a uma análise, até das razões pelas quais tinha sido atribuído o topónimo ao senhor Alípio Loureiro, e tentar encontrar mais alguns dados que pudessem acrescentar à informação que já tinha sido enviada, que eram sobretudo notícias de jornais da época, onde estava inclusive a página de um jornal que tinha conseguido encontrar na totalidade e estava também a certidão de óbito de uma das pessoas que, por acaso, tinha sido o primeiro documento ao qual tinha tido acesso e que havia despoletado a pesquisa de todo este processo.-----

----- Independentemente disso, e para que não restassem dúvidas, não se opunha a que o documento baixasse à Comissão para poder haver alguma concertação. Referiu que não sabia se conseguiriam ter acesso a muito mais informação, talvez, quando a recomendação fosse aprovada, se viesse a ser aprovada, e chegasse à Câmara, esta pudesse, dos seus registos, chegar a alguma informação. Queria, no entanto, deixar a nota, percebendo aquilo que o Deputado Sérgio tinha dito, que obviamente que havia constrangimentos que decorriam da retirada de um qualquer topónimo e este não fugia à regra, mas que desculpassem o exagero, se tivessem um topónimo de Adolf Hitler, certamente que iriam retirar, independentemente de todo o trabalho que isso desse. Agora, não querendo comparar o senhor e não querendo demitir de alguns méritos que este tivesse tido que certamente que haviam conduzido à atribuição do Topónimo, a ordem de fogo que tinha conduzido à morte de 3 pessoas, a não ser que houvesse algum aspeto escondido no meio desta história toda, acreditava que já seria a condição suficiente para a queda do Topónimo. Mas, independentemente disso, e, para terminar, não se opunha que baixasse à Comissão 2.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que agradeceu o Deputado Carlos Macedo pela sua capacidade de analisar as propostas dos colegas cujo sentimento que estas causavam ao próprio era no sentido de melhorar o documento e de limar algumas possíveis arestas para que, quando voltasse a ser proposto à Câmara Municipal, já fosse bastante completo, o que para a Assembleia Municipal seria sempre esse o objetivo. -----

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não havendo mais intervenções sobre este assunto, o Presidente colocou à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar à Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, a Recomendação à Câmara Municipal sob o tema “Toponímia - Greve de 11 de abril de 1900”.** -----

-----De seguida, deu continuidade ao PAOD com a **Recomendação à Câmara Municipal com o assunto “Colocação de um corrimão central na Rua da Paz na Vila de Sesimbra”** que se passa a transcrever: --

-----“A Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta a recomendação para corrigir a colocação do corrimão na Rua da Paz, na Vila de Sesimbra. -----

-----Situação atual: -----



-----Nas fotos vê-se o bloqueio que o corrimão faz no final para quem desce junto à parede, obrigando a voltar a subir e descer pelo lado esquerdo do corrimão. -----

-----A Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda ao executivo a retirada do corrimão das laterais da rua e sua substituição por um corrimão central. -----

-----A recomendação deve ser publicada no boletim municipal e nos órgãos de comunicação locais.”---

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Castanho** que referiu que esta recomendação surgia no sentido de corrigir a colocação deste corrimão. Explicou que esta era uma das ruas vivas da Vila de Sesimbra, uma rua com muito movimento, e, na parte final, era uma rua inclinada, sendo que tinha de ter um corrimão de apoio às pessoas. Tinha um corrimão que estava mais junto à parede e que não havia a possibilidade de ninguém entrar porque estava muito junto à parede, mas o corrimão que estava do outro

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

lado, como se verificava na foto esquerda, quem não se apercebia como era no fundo, podia entrar pelo caminho do lado direito, que tinha espaço suficiente, e, no fim, como podiam ver na outra fotografia, estava bloqueado.-----

-----Havia um erro de projeto, não havia grandes dúvidas. Havia dois bancos que serviam de mostra para o mar no meio da rua, e, se calhar, por isso tinha sido decidido colocar corrimões dos 2 lados. Mas, a questão que se colocava era que tinham de corrigir isto, e a recomendação de corrigir passaria, assim como tinham em muitas ruas e em muitos locais, para não perder espaço de passagem na rua nem na esquerda nem à direita, com um corrimão central, e se calhar a recolocação dos bancos, por hipótese, porque assim, como estava, parecia claramente errado -----

-----Acrescentou que havia esplanadas em baixo, embora na fotografia não estivesse, mas era quase preciso fazer “slalom” porque, mal comparando, quem quisesse seguir pela direita não podia porque era bloqueado no fim e tinha de seguir pela esquerda. -----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que cumprimentou a Mesa através do Presidente da Assembleia, o Presidente da Câmara e vereadores, bem como os colegas deputados e os serviços que estavam a desenvolver esforços para que esta sessão chegasse a quem estava a ver a partir de casa. -----

----- Disse que não tinham muito a opor. Obviamente que esta era uma situação que não seria de difícil solução. De facto, aquilo que aprazia dizer era que era bom estarem todos atentos a estas situações, sendo que com certeza que se iriam encontrar mais, porque aconteciam sempre, e aquilo que sugeriam era que, de facto, se encontrasse a melhor solução no sentido de procurar compatibilizar o máximo possível a existência de corrimão para que as pessoas pudessem ter algum apoio na descida daquele espaço, e também os bancos, que eram equipamentos muito utilizados naquela rua porque tinham uma visão particularmente bonita porque quase parecia uma janela para o mar e tinha bastante utilização. Portanto, uma solução que permitisse continuar a utilizar os bancos, procurar ter a rua tão desimpedida quanto possível e o corrimão de forma que desse apoio até ao final da rua e até ao final das escadas, que seria, o ideal, mas pensava que não fosse muito complicado. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Germano Barros** que referiu que quando viu as fotos da Recomendação, pensava que era para os apanhados, e até tinha pensado inicialmente que os banquinhos eram para o senhor ter a Câmara para poder filmar quem descia que, depois, infelizmente, tinha de voltar para cima. Acrescentou que, para quem era o idoso, que tinha dificuldades de locomoção, era um bocado “chato”.-----

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que isto era um erro e que só quem não fazia nada é que não cometia erros, e achava que de certeza que a Câmara iria encontrar uma solução para corrigir isso. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que começou por cumprimentar o Presidente da AM e Mesa, bem como restantes deputados em nome do executivo Municipal e obviamente ao Público presente e a toda a equipa de apoio à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal que permitiam a transmissão da sessão. -----

-----Disse que desconhecia esta situação e que tinha de ser frontal, porque de facto não se conseguia compreender. Parecia-lhe que o corrimão tinha tido um acréscimo na parte final que não fazia nenhum sentido. Referiu que não era técnico nesta área, mas, aparentemente, o local da colocação do corrimão tinha a ver, eventualmente, com a questão das águas pluviais que tinha alguma inclinação, a incentivar as pessoas a andarem pelo lado esquerdo, mas de facto não fazia sentido. Das duas, uma: ou ficava tudo aberto ou tudo tinha de ser fechado do outro lado também. -----

-----Por fim, disse que a recomendação fazia todo o sentido e ainda bem que o Deputado João Castanho estava atento. Esperava que na próxima vez também pudesse identificar outra situação destas.-----

-----Fez uso da palavra o **Presidente da AM** que agradeceu ao Deputado João Castanho por ter trazido aqui esta situação, que lhe satisfazia particularmente por serem dois banquinhos e uma rua que lhe diziam muito. - -----

-----De seguida, colocou à votação a **Recomendação à Câmara Municipal com o assunto “Colocação de um corrimão central na Rua da Paz na Vila de Sesimbra”**, que foi aprovada por unanimidade. -----

-----Deu seguimento ao PAOD com a **Recomendação com o título “Publicidade da linha telefónica camarária Sesimbrense destinada a entrega de monos e resíduos verdes”** que se passa a transcrever: ---

-----*“Aquando de uma intervenção em 13-10-2022, na apreciação da atividade municipal, o executivo camarário foi questionado relativamente ao excesso de lixo, monos colocados junto aos ecopontos em toda a periferia da vila de Sesimbra. Foi respondido que efetivamente é um problema do município e que se tenta arranjar soluções para evitar essas situações. Ora após esta intervenção verifica-se que ainda existe mais lixo colocado nos sítios referidos conforme se pode verificar na foto (Boa água 1- Quinta do Conde).*



Assembleia Municipal de Sesimbra



-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra:

- 1. Uma maior divulgação da linha telefónica que existe na Câmara de Sesimbra para se proceder ao levantamento dos monos e resíduos verdes.
 - 2. Colocando a publicidade já existente em maior número no município de Sesimbra apelando assim ao civismo dos moradores.
-



Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Dar conhecimento à Câmara Municipal de Sesimbra e Juntas de Freguesia do Concelho de Sesimbra.*-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Silvia Montanha**, proponente do documento, que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia a partir de casa e referiu que esta recomendação vinha no decorrer da sua intervenção em outubro do ano passado, em que havia questionado o executivo relativamente ao excesso de lixo na altura e os monos colocados junto aos ecopontos, ao que o Senhor Presidente da Câmara havia dito que efetivamente era um problema do município e não só, sendo que já tinha falado com várias pessoas e que era geral e que tentavam encontrar soluções. -----

-----Referiu que a foto da recomendação tinha chegado através de um morador que, como podiam verificar era da Boa Água 1, onde as pessoas deitavam lixo e a própria não encontrava palavras o que se verificava. Obviamente que era uma falta de civismo enorme alguém fazer um trabalho destes, não era culpa do Município, e as pessoas ficavam incrédulas com isto. -----

-----Disse que o que pretendiam recomendar era que houvesse uma maior divulgação da linha telefónica que existia na Câmara de Sesimbra, visto que a própria, através de contacto com alguns moradores, tinha podido constatar que muitos não tinham conhecimento de que existia uma linha telefónica para a recolha de monos, e quando a mesma referira que essa linha estava na página da Câmara, as pessoas não sabiam. -----

-----Referiu que tinha colocado também a foto de um *outdoor* e, no ponto 2, recomendava que se colocasse esta publicidade, que estava acima da Quinta do Peru, onde não tinha visibilidade nenhuma, na Quinta do Conde. Explicou que tinha tido contacto com esta publicidade porque ia caminhar para esta zona, mas mais ninguém ia para ali, a não ser as pessoas que passavam para a Quinta do Peru. Assim, sugeria que estes *outdoors* fossem colocados em maior número e em sítios estratégicos das freguesias, portanto, na entrada da Quinta do Conde, por exemplo, junto ao Continente, e, pelo resto das freguesias, que fosse colocado em sítios estratégicos porque efetivamente este *outdoor* estava colocado quase a chegar à Quinta do Peru, completamente escondido. Depois recomendava que, após aprovada, deveria ser dado conhecimento desta Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra e juntas de freguesia de Sesimbra. -

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e o público que via a transmissão online. Agradeceu ainda à ACRUTZ por acolherem a realização da sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente ao documento, disse que, também quanto à substância do próprio documento, embora concordassem com o aumento da divulgação, consideravam que algumas destas campanhas de

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

sensibilização e divulgação já se faziam de inúmeras formas pela própria autarquia. Acrescentou que, percebiam a indignação das pessoas, e em todos os municípios existia este problema, como já tinha sido aqui também referido pela Deputada Silvia Montanha, este problema existia e não era só na Quinta do Conde, também existia na Freguesia de Santiago e na Freguesia do Castelo. -----

-----Disse que, no essencial, esta situação só podia ser interpretada como uma questão de civismo e era preciso também que as pessoas estivessem sensibilizadas para isto, porque os próprios moradores tinham de estar sensibilizados para esta situação. Eram aqueles que mais reclamavam com razão, mas também tinham de estar sensibilizados para a questão da deposição dos resíduos quando às vezes limpavam os seus jardins e colocavam ao lado do caixote do lixo, sendo que havia um serviço gratuito que a Câmara prestava e que efetivamente quando, em 2017, a Câmara havia desenvolvido a construção e o funcionamento destes espaços do remove na Quinta do Conde, na Lagoa de Albufeira e na Maçã, havia realizado uma campanha de sensibilização muito grande e tinha vindo a fazê-la com vídeos e tudo. Se fossem ao site, verificariam informação e vídeos, bem como nas redes sociais. Acrescentou que já tinha havido em tempos também na fatura da água essa informação, bem como publicidade no exterior e também nos folhetos informativos da Câmara, como na Nós Sesimbra do mês de março, onde constava mais uma informação do Remove. -----

-----Disse que era uma questão também das pessoas que estavam interessadas em saber e verem a informação à frente e no meio, mas as pessoas também tinham de procurar essa informação, e, logicamente que também tinham à disposição nos balcões do Município, e, caso precisassem de alguma informação, podiam contactar a Câmara.-----

-----Disse que mais do que a própria estar aqui a dizer, a própria Câmara poderia informar o que é que estava previsto ser feito, mas existia um outdoor no Alto das Vinhas, com OQR code, onde se podia ver os locais, os pontos de remove e o número de telefone. A questão era também as pessoas procurarem um bocadinho essa informação quando precisavam, sendo que era um serviço gratuito.-----

-----Por fim, fez um apelo à população divulgando o número de telefone do Serviço do Ambiente, 212288582, caso precisassem, e informou que era um serviço gratuito e que achava que este era um papel que cabia a todos.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que, a propósito desta recomendação e da intervenção da Deputada Paula Rodrigues, disse que, na verdade, se as pessoas não sabiam o que fazer, a primeira coisa a fazer não era o que se fazia, mas era obviamente perguntar a alguém, ou a um vizinho, ou



Assembleia Municipal de Sesimbra

à Junta de Freguesia, ou à Câmara Municipal, porque haver espontaneamente a ideia de depositar ao lado de um de um contentor do lixo, qualquer que fosse, não era a solução. -----

-----No entanto, na verdade, esta questão de gestão de resíduos ia muitíssimo para além desta questão dos monos e do que estava referido nesta recomendação. Referiu que já vinha tendo este confronto várias vezes com o Vereador José Polido, sendo que quando falavam da separação de resíduos, dos ecopontos, entre outros, apesar de Sesimbra estar muito bem colocada na taxa de separação de resíduos per capita e por comparação com os concelhos todos da área da Amarsul, na verdade, a quantidade de resíduos que eram separados e devidamente colocados nos diversos ecopontos podia ser claramente aumentado, e esse era um problema muitíssimo maior do que este. Este era problema que, obviamente, tinha este impacto visual e era desagradável de ver, mas tudo o que ia parar ao indiferenciado quando podia ser separado, era um problema gigantescamente maior. -----

-----Neste sentido, inserida uma recomendação destas no âmbito de uma campanha geral de sensibilização para boas práticas na gestão de resíduos, que começava em casa de todos nós e depois passaria por todas as entidades responsáveis pela gestão dos resíduos, faria um pouco mais sentido. Assim, só por si, isoladamente, parecia um pouco inócua a questão da publicidade da linha telefónica. Acrescentou que, pessoalmente, conhecia os cartazes que via em Santana, e estavam em linha reta, se calhar a 500 m do Remove com placares na estrada, e mesmo que houvesse uma campanha maciça de informação sobre os Remove e que grande parte destes resíduos fossem lá parar, isso resolveria uma fração muito pequena de todo o global do problema da gestão de resíduos municipal, que não era apenas de Sesimbra, seria de muitos outros municípios. Portanto, assim, só por si, a Recomendação parecia um pouco inócua.-----

-----Fez uso da palavra o **Deputado João Castanho** que começou por dizer que este era um problema que tinham em termos dos resíduos, mas achava que quem procurasse informação, encontrava-a. -----

-----Referiu que, para além do número de telefone que a Deputada Paula Rodrigues havia divulgado, havia também a aplicação NOS Sesimbra que era muito simples. Acrescentou que, atualmente, tinham acesso à informação quase *on time*, no momento que precisavam desta, ou seja, se procurassem, encontravam. -----

-----Referiu que poderiam ser disponibilizados alguns cartazes a ser colocados nalgumas zonas estratégicas, mas achava que só não encontrava quem não procurava, e a aplicação Nos Sesimbra tinha vários serviços, entre os quais este, sendo que podiam fazer o agendamento e seriam depois contactados. O próprio já tinha tido essa experiência e funcionava relativamente bem, não teria grande problema,



Assembleia Municipal de Sesimbra

portanto, se calhar deviam de divulgar mais a aplicação, mais os números de telefone e fazer alguma ação, mas achava que não se resumia a colocar meia dúzia de cartazes. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que disse que não tinha nada a acrescentar à Recomendação, nem podia. Pela maior informação, salientava, em primeiro lugar, e achava que era importante, a valorização dos trabalhadores e o esforço que o Município de Sesimbra fazia para dar resposta a este problema, que era um problema que podia garantir que não era só do Município de Sesimbra. -----

-----Referiu que toda a valorização dos trabalhadores, em contraponto com alguma falta de civismo que existia, achava que era a parte mais importante da recomendação, que identificava isso mesmo. Mas, concordando genericamente que quanto mais informação houvesse menos existia o argumento de que esta não existia para que as pessoas não depositassem no sítio certo ou para que não telefonassem para o Município para que este pudesse efetuar a recolha, mas também havia alguma falta de conhecimento porque já tinham tido várias vezes várias campanhas nos *outdoors* de maior dimensão por todo o Concelho, já tinham tido por várias ocasiões o envio dos folhetos com informação do número de telefone e da indicação da localização dos remove, que ia para todas as casas juntamente com a fatura de serviços urbanos, por isso não havia desculpa, porque ia parar a todas as casas. Já tinham tido também várias campanhas de vídeo nas redes sociais sobre esta matéria e nunca era demais acrescentar, porque de facto era um problema que sentiam. Também a própria Junta de Freguesia do Castelo tinha feito uma campanha de proximidade junto a esses locais, colocando alguns painéis de sensibilização e alguns vasos com alguns arbustos, sendo que ao fim de alguns meses era preciso ir lá outra vez fazer a mesma operação de cosmética. Acrescentou que era uma dificuldade que tinham e que tinham de combater. -----

-----Disse que, para o próprio e para a Câmara também era importante que se refletisse sobre isto, e, concordava genericamente com o que tinha sido dito pelo Deputado Paulo Caetano, porque o problema era que os meios que estavam ao dispor do Município neste momento, contrastavam com os objetivos que o Deputado havia enunciado. Disse que podiam divergir nesta questão, mas, na verdade, quando a empresa intermunicipal de capital maioritariamente privado, não fazia nenhum esforço, antes pelo contrário, em aumentar a rede de recolha seletiva, até porque o seu negócio era o tratamento indiferenciados, era um problema para os municípios do país, mas, neste caso, para os municípios da Península de Setúbal. Acrescentou que, quando a empresa responsável pelo tratamento em alta destes resíduos os continuava a depositar em aterro sem ter outras soluções que eventualmente pudessem substituir este depósito em aterro e que da parte da Administração Central, aquilo que carregava era efetivamente nas taxas sobre o

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

depósito em aterro, significava que quem iria pagar ou era os municípios do seu erário Público ou iriam imputar aos munícipes. Portanto, as coisas andavam um bocadinho ao contrário daquilo que efetivamente devia ser, e não se podiam esquecer, independentemente daquilo que eventualmente pudesse ser a opinião de cada um, fosse de uma perspetiva mais ideológica ou política, que o grande problema que existia neste momento era uma necessidade clara de investimento que não podia ser feito à escala dos municípios, individualmente, mas um investimento grande nacional, em alteração clara do depósito de resíduos em enterro, e não podiam ser tratados os resíduos de construção e demolição, os resíduos perigosos e os resíduos tóxicos da mesma forma como eram tratados os resíduos domésticos, e claramente uma grande valorização da recolha seletiva, porque cada recolha seletiva que fizessem, incluindo os bio-resíduos, mais existiria a deposição em aterro. Mas, quando o core do negócio da empresa privada que geria, à qual estavam amarrados por decisão do Estado português, era tratar os resíduos indiferenciados, obviamente que as coisas não estavam a correr bem, nem iriam atingir os objetivos, como já se tinha visto e já se sabia com a revisão que tinham tido do Plano Estratégico para Resíduos Urbanos para 2030, adiando as metas que estavam previstas o próprio país atingir nos próximos anos. -----

-----De seguida, não havendo a intenção de mais ninguém intervir, o Presidente da AMS colocou à votação a **Recomendação à Câmara Municipal com o título “Publicidade da linha telefónica camarária Sesimbrense destinada a entrega de monos e resíduos verdes”**, que foi **aprovada, por maioria, com 3 votos a favor (1 BE, 1 MSU e 1 da Deputada Sílvia Montanha, do CHEGA) e 21 abstenções (10 CDU, 8 PS, 2 PSD e 1 da Deputada Madalena Serra, do CHEGA)**. -----

----- **O Presidente da AMS** informou que já haviam ultrapassado alguns minutos do tempo regimental previsto para o PAOD, faltando apenas a apreciação de um documento, mas julgava que, à semelhança daquilo que tinham vindo a fazer quando havia intenções de intervenção por parte do público, interromperiam a discussão dos documentos e daria a palavra ao Público para intervir, sendo que depois regressariam ao PAOD. -----

-----Não havendo nenhuma objeção, o Presidente deu início ao **Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos**, informando que tinha um pedido de intervenção do Senhor Vitalino Pinhal que iria abordar o assunto sobre a atribuição do nome de rua. -----

-----Fez uso da palavra o **Senhor Vitalino Pinhal** que começou por dizer que tinha pedido à Câmara Municipal, em julho, que atribuisse nome à rua onde morava porque lhe tinham garantido, e tinha toda a lógica, que aquele caminho era público. Referiu que morava lá há 30 anos e que iam para lá uns primos seus e que tinha feito essa solicitação porque se precisasse de chamar o médico, este não saberia lá ir ter,

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e se precisasse de chamar os bombeiros, estes também não saberiam lá ir ter. Portanto, tinha pedido, em acordo com todos os outros seus vizinhos, que se desse o nome de “Rua do Catavento”, porque antigamente havia lá um galo que orientava de onde é que vinha o vento, de maneira que, mais tarde, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Gomes, o havia informado que já tinha ordem da Câmara Municipal para colocar a placa com o nome da rua e que teria de aguardar até setembro, porque havia mais placas para pôr e sempre ficava um bocadinho mais económico. Mas, há poucos dias, havia recebido uma carta da Câmara Municipal de Sesimbra a dizer que já não podiam colocar o nome da rua e gostaria de saber porquê.-----

-----Por fim, disse que o nome da rua fazia muita falta porque morava sozinho, e se precisasse de chamar a GNR ou o médico, estes não saberiam onde ir ter.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que agradeceu ao Senhor Vitalino Pinhal por vir ao local correto questionar e colocar os seus problemas.-----

-----Cedeu em seguida a palavra ao **Presidente da CM** que começou por dizer, antes de mais, a Câmara nunca tinha feito a deliberação sobre atribuição daquele nome de rua, portanto, nunca seria possível colocar uma placa sem deliberação da Câmara. Acrescentou que a Câmara tinha feito a auscultação à população à volta, como era normal e conforme estava regulamentado, e a família do palacete ao lado, tinha metido a Câmara em tribunal dizendo que aquele não era um caminho Público, mas um caminho particular, portanto, até essa resolução do processo em tribunal, não podiam atribuir o nome de rua.-----

-----Não havendo a intenção de mais nenhum cidadão intervir, o **Presidente da AMS** deu continuidade ao PAOD com a **Recomendação à Câmara Municipal sob o tema “Pela Implementação de Medidas de Combate à Seca e Utilização Eficiente da Água no Concelho de Sesimbra”** que se passa a transcrever: - --

-----“A água está presente em todos os aspetos das nossas vidas e o acesso a esse recurso fundamental influenciou sempre a forma como a Humanidade se desenvolveu e os locais onde as comunidades se estabeleceram ao longo da história. -----

-----À medida que as cidades cresciam, aumentava também a sua procura global por água limpa. Por isso, a água tem sido também causa de conflitos seculares entre povos, que se tenderão a agravar e alastrar, à medida que a procura e respetiva escassez do recurso se intensificam. -----

-----Em muitas regiões do mundo, as preocupações com o stress hídrico e a escassez de água estão a aumentar, particularmente potenciado pelo maior risco de seca, resultante das alterações climáticas. --

-----O secretário-geral da ONU, António Guterres, no passado dia 22 de março, na abertura da Conferência da ONU sobre Água, que coincidiu com o Dia Mundial da Água, salientava que o fornecimento

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

desse recurso vital para a humanidade está ameaçado pelo “consumo excessivo vampírico e uso insustentável”, referindo ainda que o ciclo da água foi interrompido, e que ação climática e a sustentabilidade da água são, cada vez mais, “dois lados da mesma moeda”. ----- --

-----Esta é uma condição global, que atinge já regiões, que até há poucas décadas, apenas assistiam com distanciamento aos relatos de ocorrências noutros locais do planeta. Atualmente, muitas regiões da Europa já enfrentam episódios extremos relacionados com o clima, como as ondas de calor, as chuvas intensas e as secas prolongadas, estando os mesmos a aumentar em termos de frequência e intensidade. Também em Portugal temos vivenciado uma acelerada mudança no comportamento do clima, com alteração dos ciclos com que se rege a atividade natural e humana, e uma intensificação dos fenómenos atmosféricos. Nos últimos anos têm-se registado períodos prolongados de escassez de pluviosidade, sujeitando os recursos hídricos nacionais, sejam águas superficiais ou águas subterrâneas, a uma elevada pressão.-----

----- No caso particular da região da Península de Setúbal, uma análise recente dos dados de precipitação anual, revela que, nos últimos 14 anos hidrológicos, em 11 desses anos não houve condições favoráveis à ocorrência de recarga dos sistemas aquíferos locais/regionais, 9 dos quais consecutivos, entre 2013/14 e 2021/22 (os últimos 9 anos). Esta análise dos dados mostra também um valor de precipitação média anual de 131 mm/ano, 20% abaixo da precipitação em ano médio, o que se revela como um fator de grande preocupação.-----

-----Depois do rigoroso outono de 2022, em que se antevia a possibilidade de interrupção do ciclo de seca dos últimos anos, as temperaturas anormalmente altas e a escassez de chuva dos últimos meses, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), conduziram-nos a uma condição em que 89% do território nacional se encontra em situação de seca e 34% em situação De Seca severa e extrema. -----

-----Assim, tendo em conta o contexto atual e as previsões de agravamento do estado de seca para os próximos meses, urge estabelecer e implementar medidas que permitam uma gestão eficiente da água, racionalizando e reduzindo os consumos próprios do município e induzindo poupanças nos consumos da população do concelho.-----

-----Mas, para além das medidas que deverão ser implementadas, de imediato, para a gestão da escassez do recurso, importa que a nível do concelho de Sesimbra se prepare e planeie a gestão eficiente da água a médio-longo prazo, através de um instrumento que caracterize as reservas existentes, a capacidade de captação do recurso e respetivas infraestruturas, tipifique consumos, identifique perdas e

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

desperdícios, e estabeleça planos de ação com identificação de investimentos, medidas a implementar e metas a atingir. -----

-----Reconhecendo que o envolvimento da população é fundamental para obtenção de objetivos de redução imediata de consumos e uma gestão hídrica mais eficiente no futuro, considera-se imperativa a garantia de mecanismos de transparência, com recurso a plataformas digitais, em que seja possível a cada munícipe, acompanhar o estado dos recursos existentes, a forma como estão a ser utilizados, os investimentos realizados e em curso, as medidas em implementação e a avaliação dos respetivos resultados

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda à Câmara Municipal que:

-----1. Estabeleça e implemente, de imediato, um Plano de Ação para a Racionalização e Redução do Consumo de Água, que permita reduzir os consumos próprios do município e induzir poupanças nos consumos da população do concelho; -----

-----2. Desenvolva um Plano para a Gestão Eficiente dos Recursos Hídricos do Concelho de Sesimbra;

-----3. Crie o Observatório da Água do Concelho de Sesimbra, constituído por uma plataforma digital, que funcione como mecanismo de transparência para a população sobre a utilização dos recursos hídricos do concelho. -----

-----Dar conhecimento a:-----

-----APA – Agência Portuguesa do Ambiente; IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera; CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; AML – Área Metropolitana de Lisboa; ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas de Freguesia do Concelho; Órgãos de comunicação social local e regional.” -----

*-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** para a apresentação do documento. Este começou por referir que, na prática, o enquadramento do documento estava presente nos nossos dias. Disse que, se nos últimos anos e agora nos últimos meses, estavam com algum otimismo de que a situação de seca com o rigoroso Outono que tinham tido, iria melhorar, de facto, agora, desde o início do ano, a situação tinha voltado a agravar-se, e sabiam que as perspetivas para os próximos meses não eram otimistas. -----*

-----Sabiam que a água era um recurso essencial à vida e sabiam que para que pudessem desenvolver, precisavam de ter acesso a este recurso. Sabiam que as alterações climáticas estavam a fazer com que os ciclos naturais se alterassem face àquilo a que estavam habituados. Cada vez mais eram sujeitos a eventos com maior gravidade, com maiores impactos, e, naturalmente que a conjugação das alterações climáticas com o uso indevido ou abusivo deste recurso fundamental, que era a água, tinha levado a criar uma pressão acrescida sobre este recurso. Isto verifica-se a nível mundial, na Europa e verificava-se em Portugal

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

também, e tinham tido a oportunidade, no dia um de maio, de ter aqui o Presidente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) em Sesimbra, na abertura da pescaria da sardinha, e este havia comentado a situação crítica que estavam a viver, e, por isso, sabendo dessa situação, consideravam que antes que houvesse um maior agravamento e que avançassem mais para um tempo que era naturalmente mais seco, com o aproximar do verão, era essencial e fundamental que fossem tomadas medidas desde já para preparar os próximos meses de grande escassez de pluviosidade, o que naturalmente iria obrigar a fazer uma racionalização ou redução dos consumos e a usar de forma mais eficiente este recurso. Por isso, consideravam que era premente avançar desde já com um conjunto de medidas.

-----Sabiam que o Município, fosse através das próprias práticas que desenvolvia, fosse através de divulgação de medidas, era fundamental para passar a mensagem para os munícipes. Era importante que fosse implementado desde já um conjunto de medidas pelo próprio município para poder passar essa mensagem de que o próprio município estava preocupado e já estava a tomar medidas de racionalização para depois poder ter toda a propriedade de, junto da população, transmitir as orientações para que se reduzisse os consumos e se usasse a água de forma mais eficiente. -----

-----Mas, já que estavam a falar deste tema da água, e porque não importava falar só do agora, sabiam que era fundamental a boa gestão da água para o futuro da população, e também era importante que o Município tivesse um plano a médio-longo prazo para a gestão dos recursos hídricos do território que identificasse e tipificasse os consumos, que permitisse, de certa forma, também caracterizar as perdas e os desperdícios, e que estabelecesse planos de ação, mais ou menos focados em nichos da população e mais ou menos focados em temas que garantissem que o futuro e que no futuro continuariam a ter acesso suficiente a este recurso para garantir a qualidade de vida no Concelho. -----

-----Disse que todos tinham de estar envolvidos, todos os munícipes e toda a população. Era importante que houvesse ferramentas que permitissem uma transparência e que permitisse que as pessoas se consciencializassem dos recursos existentes e a forma como estavam a ser usados. E, por isso, sabendo que hoje tinham ferramentas cada vez mais próximas e mais fáceis de utilizar através das plataformas digitais, e sabendo que até a Câmara Municipal já tinha um conjunto de ferramentas que, na prática, podiam ser otimizadas e postas ao dispor da população, que se desenvolvessem essas ferramentas e se pusessem ao serviço da informação e da sensibilização da população. -----

-----Por isso, face ao exposto, o GM do Partido Socialista, vinha por este meio recomendar à Câmara Municipal que estabelecesse e implementasse de imediato um plano de ação para a racionalização e redução do consumo de água que permitisse reduzir os consumos próprios do município e induzir

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

poupanças nos consumos da população do Concelho; que desenvolvesse um plano de gestão eficiente dos recursos hídricos do Concelho de Sesimbra, em que fossem identificadas medidas como hoje em dia estavam tão em voga e começavam a ser faladas, como a utilização das águas recicladas e a identificação de vegetação que pudesse ser mais resistente à água com menos consumos; que criasse o observatório da água do Concelho de Sesimbra, constituído por uma plataforma digital que funcionasse como um mecanismo de transparência para a população sobre a utilização dos recursos hídricos e que, desta forma, cada um e cada cidadão, pudesse acompanhar e adotar as medidas pessoalmente, nas suas famílias e nas suas comunidades para que pudessem permitir, de facto, esta utilização mais racional. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que referiu que a água era, de facto, o recurso essencial para a Humanidade, e o uso deste recurso devia ser cada vez mais sustentável, porque, senão fosse, a própria sobrevivência do planeta Terra da forma como o conheciam hoje, poderia estar em causa. Mas, concordando com os pressupostos desta recomendação, não podia deixar passar em claro que não existia no texto da Recomendação, uma única referência à Associação Intermunicipal da Água da Região de Setúbal (AIA), bem ao caminho que estava a ser feito no âmbito da criação de um sistema multimunicipal de abastecimento e de gestão de água, sobre o qual todos tinham conhecimento porque já tinha sido várias vezes referido nesta Assembleia Municipal a criação desse sistema, onde Sesimbra estava integrado. -----

----- Por isso, a proposta da CDU era que este documento baixasse à Comissão, de forma que fosse analisado se de facto se justificava a criação de um observatório de água no Município ou se não seria mais adequado que o mesmo fosse criado no âmbito da AIA, de forma a não existir a duplicação de entidades que fizessem a gestão destes recursos. -----

-----Relativamente aos pontos 1 e 2 da parte deliberativa do documento apresentado pela Bancada do Partido Socialista, disse que deixava alguma perplexidade, já que o Vereador responsável deste pelouro era do Partido Socialista, através do qual tinham conhecimento que algumas destas medidas propostas já vinham sendo postas em prática desde o anterior mandato e continuavam no atual mandato, na pessoa do senhor vereador Nelson Pólvora, do Partido Socialista. Assim, continuavam a manter a proposta de que este documento baixasse à Comissão, nomeadamente à Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, para uma melhor análise dos pressupostos que constavam no documento. No entanto, sobre este sistema também gostariam de ouvir a Câmara Municipal de Sesimbra para que pudesse elucidar um pouco melhor sobre o que estava a ser feito em relação aos pontos 1 e 2 da Recomendação, e também saber qual era a opinião sobre a criação de um observatório de água para o município que, não opinião da CDU, deveria ser no âmbito intermunicipal.-----

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Fez uso da palavra o **Deputado Germano Barros** que começou por dizer que, ao ler a recomendação do Partido Socialista, considerava que se revia cerca de 90 e tal por cento, que já não era mau, mas sabiam que, na verdade, a água faltava atualmente em Espanha, nomeadamente na Catalunha, onde se viam aqueles rios basicamente lá no fundo, com um bocadinho de água, quando eram rios que levavam metros de água. Isso era preocupante, e, no mundo, poderia haver guerras por causa da falta de água. -----

-----Disse que, a água, como todos sabiam, era um bem muito precioso, e achava que o documento não insistia muito no aproveitamento das águas residuais. Acrescentou que Israel, que era o país estava mais à frente nesse âmbito, reaproveitava mais de 90% das suas águas residuais, e se aqui reaproveitassem, se calhar estariam perto de zero. -----

-----Por fim, disse que achava que seria bom que o documento baixasse a Comissão para pôr a parte do reaproveitamento das águas residuais para utilização nos jardins da Câmara e outras instalações, a ver. Por fim, disse que o documento tinha de melhorar na parte das conclusões. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que referiu que às vezes lhe fazia alguma confusão, sendo que se calhar também já era uma pessoa confusa por natureza, mas quando surgiam recomendações, não percebia porque é que estas tinham de baixar às comissões. Ou seja, parecia que todos os documentos tinham de baixar à Comissão para serem aprofundados, mas o aprofundamento podia vir num passo seguinte. Isto era uma nota paralela sobre um assunto que achava que começava a ficar um pouco excessivo, pedia desculpa, mas tinha de o dizer. -----

-----Relativamente a algumas intervenções que tinham sido feitas, disse que tinham ficado agora a perceber que as bancadas de determinada força política não podiam fazer propostas ou recomendações ao membro do executivo da mesma força política que tivesse o pelouro, mas não fazia sentido, porque então a CDU também não podia fazer recomendações quando fossem pelouros que estivessem na CDU, ou seja, não conseguia perceber qual era a incongruência da Bancada do PS, sendo que não tinha nada que fazer a defesa da Bancada do PS, mas outra qualquer, por exemplo, a bancada da CDU pudesse fazer uma recomendação a um pelouro que estivesse no âmbito da vereação da mesma força política. Não conseguia alcançar qual era a incongruência disso. Depois, outra coisa que tinham debatido muitas vezes também na Comissão de Líderes, era o facto de esta Assembleia demitir-se da sua capacidade de debater os problemas quando aqui propunham pedir a opinião à Câmara sobre aquilo que estava a ser proposto na deliberação. Acrescentou que a Câmara teria o momento de bater isso no momento que fosse analisar a recomendação, sendo que a quem cabia discutir se esta recomendação devia ser precedente ou não, era aos eleitos da Assembleia Municipal. -----

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente à Recomendação, disse que já tinham vivido o paradigma da falta de água e que tinha sentido isso na sua infância, mas aqui em Sesimbra tinha muito a ver também com a fragilidade da captação e do acesso aos recursos hídricos, sendo que, apesar de haver algumas reservas, depois, ao longo dos tempos, havia que reconhecer que, pelos diversos executivos municipais, isso tinha sido ultrapassado. Mas, agora chegavam a um outro momento das suas vidas em que realmente as alterações climáticas e o aquecimento global traziam outros problemas que não iriam desaparecer por aumentarem a captação de água.---

-----Disse que tinha ouvido uma notícia, que certamente todos tinham ouvido, que dava conta que no Sul de França seriam proibidas as lavagens de carros, uma coisa tão simples quanto isso. Referiu que achava que o mérito desta recomendação era de surgir antecipadamente, e já não tão antecipadamente porque era algo que vinha sendo anunciado, mas que se calhar não tinham vindo a sentir de forma tão premente como aquilo que se vinha verificando nos últimos anos. Acrescentou que fazia sentido que, em conjunto, o executivo, todos os eleitos e a sociedade repensasse efetivamente na gestão da água e no reaproveitamento da água, porque estavam a falar de bens findáveis e que aquilo que se estava a verificar era que com menos chuva, com menos fixação e com os solos mais impermeabilizados, as reservas hídricas não estavam a crescer e então fazia todo o sentido que se pensasse a coisa a médio longo prazo de forma estratégica, sendo que alguns feitos até tinham de ser até mais imediatos que isso.-----

-----Por fim, disse que reconhecia o mérito da recomendação de que deviam pensar sobre o assunto e aprofundar, sendo que a Câmara teria de o fazer no âmbito de outros observatórios externos também, mas considerava que devia fazer essa introspeção, e esta recomendação também servia para isso. -----

-----Concluiu dizendo que, se entendessem os proponentes ou se fosse votado que baixasse à Comissão, achava que sim, mas não acreditava que viesse a adiantar muito mais. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que solicitou permissão para discordar da opinião do Deputado Carlos Macedo, quando este referia que esta Assembleia se escusava das suas atribuições, sendo que, pelo menos o próprio, saía daqui todos os dias com um sentimento completamente contrário a esse.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que começou por dizer que não era para intervir mais sobre este tema, mas depois da intervenção do Deputado Carlos Macedo, era obrigado a fazê-lo.-----Disse que não tinha referido que as bancadas, apesar de terem vereadores nos pelouros, estariam impedidas de apresentar documentos. Aquilo que tinha referido era que lhe deixava alguma perplexidade que no âmbito dos pontos 1 e 2 da Recomendação, houvesse um trabalho que tinha começado a ser feito e que estava a ser feito e, ao se apresentar estes 2 pontos, dava a sensação de que ou a Bancada do Partido

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Socialista não falava com o Vereador do Partido Socialista ou tinha o desconhecimento daquilo que a Câmara estava a fazer.-----

-----Disse que a Assembleia Municipal tinha toda a legitimidade, fosse qual fosse o documento, mas a Câmara era o órgão executivo e tinha o dever de explicar à Assembleia e à população sobre os documentos que aqui “caiam”, quando tinham algumas dúvidas sobre eles. Portanto, a Assembleia não se demitia do seu papel e dava-lhe a sensação, por essa intervenção, que aquilo que se queria era calar a Câmara, não era pedir esclarecimentos, mas calar a Câmara para que evitasse dar esses esclarecimentos que eram essenciais.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Cláudia Mata** pela defesa da honra, que começou por dizer que era recorrente ouvir suposições daquilo que a Bancada do PS optava por trazer às reuniões. Suposições de que não havia interação entre os vereadores e os deputados. Disse que o GM do PS trazia aquilo que entendessem que devia trazer, e a CDU ou qualquer outra força política não tinha nada a ver com isso. Simplesmente, comentavam o conteúdo dos documentos que traziam.-----

-----Era isto que queria que ficasse esclarecido de uma vez por todas e que sempre que isto acontecesse, iria interromper para fazer este tipo de defesa.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** para afirmar que a Bancada da CDU iria continuar a fazer a análise dos documentos da forma livre e politicamente comprometida, como sempre tinha feito, sem se sentir limitada por nada nem por ninguém, porque estavam à beira de comemorar o cinquentenário do 25 de Abril e a liberdade de expressão existia, tanto como o respeito. Não faltando ao respeito, não tinham de ter nenhum tipo de limitação a respeito da apreciação que faziam ao teor do documento, a quem o apresentava e às soluções preconizadas. Portanto, não aceitavam nenhum tipo de limitação à sua liberdade de expressão.-----

-----Fez uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que gostava de reiterar as últimas palavras da Deputada Sandra Carvalho. Não sentiam quaisquer limitações, nem queriam ser limitados por ninguém, portanto, o Partido Socialista apresentava as propostas que considerava mais adequadas em defesa dos municípios e em defesa da população.-----

-----Recentrando no tema da proposta, referiu que o que estavam aqui a falar era de uma necessidade imediata. Portanto, podiam estar a tentar fazer agora o desvio das atenções sobre o tema concreto e sobre os problemas que existiam, podiam tentar adiar o problema ou adiar as soluções para que o documento não fosse agora aprovado, mas o que tinham era um processo de seca que se estava a iniciar agora,



Assembleia Municipal de Sesimbra

portanto, ou tomavam de imediato medidas, e era isso que estava aqui a ser proposto, ou corriam o risco de chegar ao verão em muito piores condições. -----

----- O que estavam aqui a propor era que desde já se comesse a trabalhar em medidas, e aqui evitavam identificar as medidas porque podiam falar, por exemplo, dos princípios das cidades-esponja, do reaproveitamento de águas, fosse do que fosse, mas não queriam falar disso, o que queriam dizer aqui era três pontos essenciais: Que era preciso agir já para garantir que os consumos fossem concentrados naquilo que era essencial e que se deixasse de gastar este recurso único e fundamental em utilizações menos necessárias; que era preciso dar esse sinal e reconheciam e sabiam que o Município tinha os canais de comunicação e os técnicos especializados que podiam ajudar a identificar junto da população aquilo que deviam ser as melhores práticas, mas também se devia olhar para os recursos do Concelho e a forma como estes eram geridos hoje e como seriam geridos no futuro, porque mais uma vez este era um recurso escasso que se não fosse tratado com todo o cuidado que merecia, punham em risco o futuro e a sustentabilidade desta população. O Município tinha ferramentas atualmente que podiam ser mais bem aproveitadas, e, à semelhança do que outros municípios já faziam, podiam-se criar ferramentas digitais que dessem à população, para além da informação, o acompanhamento da utilização dos recursos que estava a ser feito atualmente, porque não havia dúvida que estas formas de escrutínio ajudavam a tomar decisões mais eficazes quando sabiam que a população estava a observar aquilo que estavam a fazer. -----

-----Portanto, o que estavam aqui a propor era precisamente isso sem com isso pôr em causa todo o trabalho que vinha sendo feito no restabelecimento, no reinvestimento e no reequipamento da rede e das redes de captação e distribuição de águas, daquilo que estava a ser feito numa maior monitorização para se perceber as perdas ao longo da rede, fossem perdas técnicas ou perdas comerciais, e todo esse investimento era de valorizar, e o que estavam aqui a querer era que se desenvolvessem ferramentas que pudessem valorizar e dar mais visibilidade àquilo que estava a ser bem feito, e também que se pudessem identificar as medidas que tinham todos, enquanto munícipes, de tomar para garantir a gestão eficiente deste recurso que era escasso e que para o futuro podia estar em causa. Isso deixava também muita preocupação, por isso, esta perspetiva do futuro, ainda por cima quando estavam a discutir aqui documentos estratégicos em paralelo para o futuro do Concelho, que deviam ter também esta sensibilidade sobre aquilo que era a gestão da água, como era o Plano Diretor Municipal (PDM), por exemplo. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que disse que a Recomendação tinha momentos diferentes de atuação. Tinha aquele que achava que seria absolutamente inquestionável, que era o

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

momento imediato, que implicava este próximo mês ou os próximos meses, sendo que, falavam das notícias sobre a Catalunha e sobre França, mas a notícia sobre Portugal era que de março para abril a seca no território havia duplicado de 45% de território em seca para 89%, e, portanto, estavam com um problema absolutamente imediato. -----

-----Disse que há pouco havia-se falado no Presidente do IPMA, Miguel Miranda, que tinha estado em Sesimbra, e, o próprio confirmava, com as previsões que o IPMA tinha, que este verão seria deveras preocupante do ponto de vista de recargas, de pluviosidade e de recargas.

-----Depois havia o momento de atuação a médio e longo prazo que de facto também era abordado nesta recomendação quando se falava no plano para gestão eficiente dos recursos hídricos do Concelho. Neste contexto, disse que não podia deixar de ler um parágrafo e meio de um documento que tinham recebido muito recentemente e que tinha a ver com os pareceres sobre a revisão do Plano Diretor Municipal. Num desses pareceres era apontado que não era apresentado um inventário de furos existentes no Concelho e volumes captados, por exemplo. Era apontado também que não tinham sido inferidas necessidades futuras de captação de água subterrânea resultantes das dinâmicas demográficas, urbanística e económica, bem como pelo envelhecimento das captações, estavam a falar de perdas técnicas, e não apenas comerciais, que podiam implicar a cativação de áreas suscetíveis de acomodarem períodos de proteção para futuras captações. Para além disso, também era apontado, a propósito de projetos de desenvolvimento urbanístico, que não havia qualquer referência à existência de indisponibilidades de água subterrânea para assegurar o abastecimento deste recurso para o acréscimo de população que se previa com esses empreendimentos urbanísticos e se era sustentável a exploração, mais este volume de recursos cíticos subterrâneos neste contexto, que era o atual de alterações climáticas, diminuição de áreas de recarga por vias da impermeabilização. -----

----- Concluiu dizendo que, na verdade, se não houvesse uma vontade inequívoca de abordar este problema no imediato, mas também no médio e longo prazo, estariam a criar um problema absolutamente gigantesco para este Município, e julgava que estariam todos de acordo sobre isso, até porque já tinham trocado opiniões sobre isso anteriormente. -----

-----Fez uso da palavra **o Presidente da AMS** que disse que, não querendo desviar por nada o foco da discussão acerca do documento, queria pegar apenas no início da intervenção da Deputada Sandra Carvalho e no início da intervenção do Deputado Sérgio Faias aquando do seu expressar de sentimento relativamente à liberdade de expressão e dizer que comungava perfeitamente dessa opinião, utilizando aquela velha máxima, e tinha tido a oportunidade de o frisar bem nas intervenções que tinha feito no 25

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de Abril, quer no dia 24 à noite em Santiago, quer no dia 25 de Abril, na Quinta do Conde, de que de facto era uma liberdade que estava mais ameaçada do que nunca, a liberdade de expressão, mas também esta tinha limites e terminava quando começava precisamente a liberdade do colega que estava ao lado e que tinha de ser respeitada. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que começou por dizer que depois iria ceder também a palavra ao Vereador Nelson pólvora para dar a informação que tinham sobre esta matéria, mas solicitava permissão para algumas notas prévias. Em primeiro lugar, dizer que a Câmara Municipal nada tinha de se imiscuir em qualquer discussão que estivesse a ser discutida e apreciada em sede da Assembleia Municipal, nem a Assembleia se devia demitir do seu papel, mas nem o Executivo Municipal se devia demitir de esclarecer a Assembleia Municipal, nem esta, obviamente, de pedir os esclarecimentos necessários, que era para isso que cá estavam. -----

----- Disse que achava que a Assembleia Municipal não funcionava sem a presença do Executivo Municipal e, portanto, longe de se quererem imiscuir sobre qualquer matéria que fosse da responsabilidade da Assembleia, pois sabiam bem a separação de poderes entre os dois órgãos, sendo que em ocasiões já neste mandato, de certa forma, tinha havido alguma abordagem mais do lado da Assembleia do que propriamente do lado da Câmara, numa tentativa de segregação de poderes da própria Câmara Municipal. Não iria recordar tema, mas tinha levado inclusivamente à necessidade de um parecer jurídico.

----- Sobre a intervenção do Deputado Paulo Caetano, disse que não se recordava, e que não fizessem disso nenhum juízo de valor, de estarem no âmbito da discussão pública da proposta de revisão do PDM, sendo que nem sequer tinha havido nenhuma fase de concertação com as entidades, sem prejuízo de todos os documentos que faziam parte do processo, imaginava se algum deputado aqui também quisesse dar nota sobre determinado território do Concelho e sobre a proposta de classificação do solo que daí adviesse, a especulação que isso poderia causar na própria população, num momento em que ainda não era chamada à discussão pública. -----

----- A terceira nota queria dar sobre esta matéria, tinha a ver com a Recomendação. Disse que achava que esta tinha um grande mérito. O Grupo municipal que a propunha ao Executivo Municipal tinha um grande mérito que era chamar a atenção sobre a questão da seca que neste momento viviam e que, aliás, tinha sido identificada há dias pelo próprio Ministério da Agricultura e Alimentação, e Sesimbra estava dentro dos 64 concelhos identificados como um concelho em seca extrema, que eram quase todos da Península de Setúbal, também com exceção dos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro. Todos os restantes eram da Península de Setúbal, litoral alentejano, do Alentejo até ao Algarve e alguns poucos menos a norte

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

do Tejo, mas estava dentro dos 64 concelhos que representavam 40% do território nacional. A questão que se colocava, independentemente de quem era o Grupo Municipal que colocava a recomendação, que o Executivo Municipal não tinha nada a ver com isso, como era normal, era a forma como tinha sido colocado, que era legítimo para qualquer Grupo Municipal, mas de certa forma indiciava que neste momento era necessário, por via desta própria recomendação, que se iniciasse um conjunto de procedimentos relativamente à seca que se vivia e à necessidade de racionalização da água, fosse neste mês ou no próximo. Disse que não se tinha perguntado ao Executivo Municipal, no mês anterior ou nos 2 ou 3 meses anteriores, fosse com o nome de plano de ação para a racionalização e redução do consumo de água, fosse para medidas de mitigação do aquífero municipal ou outra coisa qualquer, se já estavam a ser tomadas algumas medidas. Diria, sem prejuízo de não querer de forma alguma se imiscuir na discussão em sede da Assembleia Municipal, que esta seria uma excelente pergunta para a Atividade Municipal, e se não fossem dadas informações que a Assembleia Municipal considerasse suficientes sobre o trabalho que estava a fazer, então cá estariam a apresentar um conjunto de medidas.-----

-----Referiu que a opinião da Câmara Municipal e do Executivo era que estavam a fazer um trabalho com este nome ou outro qualquer que já indiciava e que já estava em prática num quadro de medidas de mitigação face aos problemas que tinham no país todo e que se Sesimbra não fugia à regra. -----

-----A segunda dimensão, e que não era dissociada do texto da recomendação, e aqui acompanhava o raciocínio que o Grupo Municipal da CDU havia colocado, uma vez que falava também na gestão e no planeamento a médio e longo prazo que justificaria, quer no contexto desta recomendação ou no contexto de uma discussão de uma qualquer comissão, chamar a esta Assembleia, o Secretário-Geral da equipa da Associação intermunicipal da água, uma vez que já tinha o levantamento de toda a estrutura em alta, da capacidade dos aquíferos, da projeção a um conjunto de danos, da necessidade de investimento, do estudo de viabilidade financeira, que inclusivamente estava prevista nos próximos dias uma reunião ao mais alto nível com a tutela no sentido de aferir o modelo de implementação de um sistema multimunicipal se ou não com parceria da Administração Central. Acrescentou que estava prevista, de facto, a implementação de um observatório Intermunicipal da água, sem prejuízo de terem um ou não, e justificaria, salvo melhor opinião, que eventualmente fosse chamado o Secretário geral, a equipa técnica da AIA para que não fosse o Presidente da Câmara, o Vereador ou os técnicos que vinham acompanhando, sendo que agora até seriam todos revistos e nomeados, para poderem fazer uma apresentação dos estudos que tinham e que haviam demorado com o acordo de todas as autarquias da Península de Setúbal. Era o acordo das atuais no contexto político que estava e que era, como tinha sido das anteriores. Portanto, era uma matéria de

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

amplo consenso entre todos os municípios, independentemente da força política que tinha a Presidência da Câmara. Acrescentou que era importante para o Município de Sesimbra, neste caso em particular para a Assembleia Municipal, que pudesse ter também essa mesma informação. -----

-----Disse que da parte do Executivo Municipal, não havia nada a opor a esta recomendação com esta nota de que também tinham de fazer um bocadinho alguma defesa do seu trabalho, que efetivamente não era por via desta recomendação que iria ser implementado um conjunto de medidas porque estas já estavam a ser executadas e, portanto, reconhecendo o mérito que era colocar a questão da seca na ordem do dia, e, portanto, neste contexto, era um bocadinho inócua e dando também esta indicação de que seria interessante, até porque não fazia referência nenhuma, nos conhecimentos da recomendação, à Associação Intermunicipal da Água, que revelava, salvo melhor opinião, mas podia estar errado, que provavelmente podia haver também alguma falta de conhecimento que era importante clarificar no quadro daquilo que era a própria Assembleia Municipal.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador Néilson Pólvora** que cumprimentou todos os presentes e o público que assistia a partir de casa e, relativamente à intervenção do Deputado Germano Barros, disse que o aproveitamento que Israel fazia não era com águas residuais, mas com água salgada. Tinha dado na SIC há pouco tempo, uma reportagem que referia que 90% era com água salgada, à semelhança do que já acontecia também em Porto Santo.-----

-----Usou novamente da palavra o **Presidente da CM** que informou que uma das questões estava em “cima da mesa” na negociação com a tutela era que a área da siderurgia nacional, que estava sob a tutela da Baía do Tejo, pudesse ser uma grande central de dessalinização para a própria operação. -----

-----Retomou a intervenção o **Vereador Néilson Pólvora** que referiu que a Câmara Municipal de Sesimbra, não de hoje, mas de há muitos anos a esta parte, pelo menos desde 1997, e os vários executivos, tinham sempre desenvolvido um enorme trabalho tendo em vista o fornecimento de água às populações, bem como a preocupação pela proteção deste bem essencial. -----

-----De seguida, disse que se iria socorrer de alguns apontamentos que tinha, porque havia alguns termos técnicos que queria não errar para que toda a informação ficasse bem esclarecida, mostrando também desde já, e se fosse permitido pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se necessário, disponibilidade para ir a uma reunião de comissão explicar todas estas temáticas mais aprofundadamente porque poderiam levar algum tempo a explicar.-----

-----Referiu que, como era óbvio, a Câmara Municipal de Sesimbra vinha colocando em prática várias medidas para o combate à seca e a utilização eficiente da água no Concelho de Sesimbra, desde a instalação

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e substituição de condutas que todos vinham vendo no Concelho, e não era de hoje, mas desde 1997 que vinha sendo feito um enorme trabalho de substituição de condutas, sempre com a tentativa de reduzir perdas; a aquisição de um software, o *flowise*, que era tela, gestão e distribuição, com o qual podiam fazer uma utilização da rede e distribuição de toda a água no Concelho de Sesimbra; a aquisição de caudalímetros, que estava concretizado já a 80% e servia para medição e controlo da água em todos os reservatórios do sistema de abastecimento, possibilitava o controlo da entrada da água nos reservatórios e a informação de roturas a jusante dos reservatórios; a aquisição de equipamentos de medição e controlo de pressão em redes de distribuição, que estava 90% concretizado, que serviam para alertar para ruturas na rede de distribuição e ajudar na redução de perdas na rede de distribuição, bem como ajudar na proteção na qualidade da água cuja importância para o consumo humano iria referir mais à frente, sendo que a CMS vinha sendo amplamente distinguida nesse âmbito; a aquisição de equipamento de geofones para equipas de canalizadores para a deteção de fugas, sobre o qual os canalizadores recebiam formação para proteção de fugas nas várias condutas, e neste momento já tinham 30% dos canalizadores formados e os restantes 70% seriam formados até final do ano. -----

-----Informou que estava a ser feito um estudo de setorização da rede de distribuição que estava 95% concretizado, era um estudo para criação de zonas de medição e controlo para uma rede mais eficiente; estavam também a fazer o controlo e manutenção de válvulas ruturas de pressão concretizada a 100%, que prevenia ruturas e promovia o bom funcionamento dos reservatórios e da rede de distribuição. Tinham ainda um contrato com o sistema *Interaqua*, de cadastro do sistema de abastecimento, que ficaria concluído até ao final de 2023, onde teriam todo o cadastro da rede de distribuição em todo o Concelho, bem como tinham o processo de controlo de entrada de água nos reservatórios concretizado a 75%, que era um sistema automático e digital de controlo e da qualidade da água nos reservatórios; Tinham ainda anunciado as captações, que estava concretizada a 100%, que consistia na captação de mais água nos furos com maior eficiência energética. Aqui, estavam também a proteger o ambiente e a ser mais eficientes na utilização da água. Ainda tinham a higienização e melhoramento dos reservatórios, que permitia uma qualidade de água a 100% e com toda a segurança de acordo com os critérios da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), que também, e salvo melhor opinião, no caso da recomendação ser aprovada, deveria ser uma das entidades a quem a esta deveria ser enviada. -----

-----Referiu que, pelo menos há 2 anos que a Câmara de Sesimbra recebia o prémio de qualidade de excelência para o consumo humano da água pela ERSAR, e vinham fazendo um enorme esforço no reforço do abastecimento, com novas condutas em localidades com um forte aumento populacional, como por

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

exemplo, a nova rede de distribuição que tinha sido colocada entre o depósito do faixo da Azoia para a Azóia. Iriam também construir duas novas células de depósitos no Cabeço do Melão, na Quinta do Conde, para reforçar o abastecimento à população da Quinta do Conde, que era algo que poderia causar alguns problemas no futuro. Iriam fazer também a formulação da rede na Corredoura, que era uma conduta com mais de 40 anos e que poderia causar alguns problemas. Acrescentou que não se iriam limitar só substituir a conduta, mas a aumentar o caudal da mesma, alterando mesmo o sistema de distribuição para que o mesmo fosse mais eficiente na distribuição.-----

-----Referiu que tinham mais controlo e a maior eficiência das regas em espaço público, e sobre este tema gostaria de dar um exemplo que devia de estar na memória de todos, que era muito recente, nomeadamente a inauguração da nova rotunda da Cotovia, que era algo que quase todos os partidos tinham nos programas políticos e que era um bom exemplo do não uso de água numa rotunda que haviam implementado naquela rotunda de relva artificial, por forma a que também não houvesse desperdício de água nas regas. -----

-----Neste âmbito também estavam a instalar, em algumas zonas, condutas adutoras que iriam possibilitar o uso de águas residuais para as regas em jardins e espaços públicos ou outro tipo de equipamentos. Estava a ser realizado um estudo para colocação de painéis fotovoltaicos, para a Apostiça, nas captações, produção e depósitos, que visava a redução do consumo de energia da rede pública com todos os benefícios que podia trazer, nomeadamente, ambientais, financeiros e a pegada ambiental. Acrescentou que, no âmbito dos equipamentos municipais já estavam a tomar algumas medidas, nomeadamente: a instalação de torneiras com controlo de fluxo automático.-----

-----Informou que, se em 2017 tinham 41,47% de perdas entre a produção e o consumidor final, neste momento, em dados provisórios que ainda faltam ser validados pela ERSAR, tinham 29,76%, que era uma redução quase de 11% em 4 anos, que achava que era significativo. -----

-----Relativamente a campanhas de sensibilização sobre o bom uso deste bem essencial, referiu que no passado Dia Mundial da Água, haviam lançado uma campanha em todas as escolas do primeiro ciclo do Concelho, com a distribuição de kits pedagógicos com o nome H2o, composto por jogos didáticos, livros e questionários, incluindo formação para professores.-----

-----Disse que, todos se deviam lembrar que há uns anos, para muitos, a reciclagem era um tema desconhecido, e tinha sido introduzido dentro das casas através do que os filhos (as) aprendiam nas escolas. Acrescentou que, o próprio, tinha aprendido a fazer a reciclagem pelo que as suas filhas iam transmitindo em casa sobre o que aprendiam na escola. Neste sentido, achavam que era uma boa política

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e uma boa forma de formar, sendo que quanto mais cedo sensibilizassem as crianças para o bom uso da água, estes não só iriam adquirir o conhecimento e fazer, mas também iriam transmitir dentro de casa para que os pais passassem a fazer o bom uso da água, porque todos soubessem que ao lavar os dentes ou a barbear, com o simples gesto de fechar a torneira, poderiam poupar muitos litros de água, o que nem sempre ocorria, e era toda esta sensibilização que faziam junto das crianças. -----

-----Referiu que, também acompanhado desta iniciativa pelas escolas, haviam produzido alguns milhares de *flyers* com algumas dicas do bom uso da água que tinham sido distribuídos por todo o Concelho, não só nas escolas, mas também em estabelecimentos comerciais, sendo que essas dicas também estavam patentes no site do Município. Disse que, os recursos hídricos de Sesimbra estavam estáveis, apresentando os lençóis freáticos a um nível elevado. -----

-----De seguida, disse que queria deixar só uma nota final sobre o ponto 3 da recomendação, que era uma opinião meramente pessoal e não do Executivo. Embora genericamente, concordasse com o ponto 3, pessoalmente, considerava que poderia ser uma fonte de alarmismo social. Explicou que, não era que quisessem esconder alguma informação à população, porque se a população contactasse a pedir alguma informação, claro que deviam dar, mas ter disponível a todo o momento a informação, por exemplo, sobre a capacidade naquele momento do depósito, poderia ser complicada. Deu o exemplo de que no ano passado, em junho, durante a Feira Festa, tinham tido um problema que poderia ter sido grave com um depósito na Quinta do Conde, que, perto das 22h00, havia chegado a níveis cerca de 10%. Rapidamente, as equipas da Câmara a quem mais uma vez agradecia aos técnicos e operários da Divisão de Águas, haviam acionado todos os mecanismos, e, felizmente, atualmente conseguiam ter a ligação entre o depósito das Fontainhas e os depósitos do Cabeço do Melão para distribuir a água de um para o outro, sendo que, com o depósito das Fontainhas, conseguiam abastecer o depósito do Cabeço do Melão, que, por sua vez, distribuía água na Quinta do Conde, não tendo havido qualquer falta de água durante essa noite. Mas, por exemplo, se essa informação tivesse sido pública, possivelmente teriam chegado a um ponto de rutura porque, como todos sabiam e todos ansiavam ter água, naquele momento todos iriam encher garrafas, garrafões, baldes ou alguidares para ter água porque não sabiam quanto tempo iriam ficar sem água disponível, não tendo essa informação sido tornada pública, as pessoas haviam feito os seus consumos habituais, tendo havido, se calhar, um pouco menos de pressão, mas o que era certo era que durante essa noite e no dia seguinte haviam conseguido repor os níveis do depósito e ninguém tinha dado por falta de água nesses dias. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A título informativo, disse que estavam a tentar, muito em breve, conseguir passar alguma informação à população. Por exemplo, caso existisse uma rotura na zona do zambujal de baixo, toda a população que residia no Zambujal de Baixo, na hora, receberia uma mensagem no telemóvel a informar que iria ser interrompida a distribuição de água por determinado tempo, sendo que numa rotura nunca podiam estipular o tempo certo, mas as pessoas seriam avisadas por mensagem quando houvesse uma rutura, ou se tivessem de fazer uma intervenção em que tivessem de interromper a distribuição da água e que soubessem previamente que iriam fazer essa ação, em vez de publicarem só no site e nas redes sociais do Município, passariam a enviar mensagem para que as pessoas pudessem preparar as suas vidas no dia a dia contando já que estariam, pelo menos, aquelas horas sem água.-----

-----Por fim, mais uma vez mostrava a sua total disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional.

-----Foi novamente cedida a palavra ao **Presidente da CM** que referiu que, conforme tinha dito o Vereador sobre equipamentos públicos, nomeadamente escolas, pavilhões desportivos e piscina municipal, praticamente todos já tinham instaladas as torneiras de fluxo de água, inclusivamente nos próprios chuveiros. A piscina municipal, neste momento, com o investimento que tinha havido em toda a sua estrutura, tinha uma redução de cerca de 30% no âmbito do plano de água e do desperdício. Estava a ser estudada, também pelos serviços, a possibilidade de utilização da rega do Estádio Municipal com a água da piscina confinante. Os espaços ajardinados estavam todos a ser ou substituídos ou estavam a ser colocados mecanismos de rega eficiente. -----

-----Disse que considerava importante, e sobretudo, quando se havia colocado aqui, às vezes num quadro de planeamento mais geral, que num contrato de urbanização que era conhecido por esta Assembleia Municipal, a Câmara havia colocado como obrigação, no âmbito da construção do empreendimento turístico, a utilização, para rega, da água tratada pela ETAR da Amieira, cuja adutora já estava construída, instalada e fazia parte de uma servidão pública também no âmbito desse mesmo território, e não serviria obviamente só esse empreendimento. Referiu que, também no quadro dessas obras, estava prevista a construção de mais uma estação que se previa que, num quadro de uma perspetiva futura, pudesse fazer a circular entre os furos existentes na Quinta do Conde e os furos existentes na Apostiça, num quadro de rentabilização do próprio Município. -----

-----Disse também que, não sendo advogado de defesa de ninguém, mas podia confirmar isso, até porque grande parte dessa informação também lhe chegava com regularidade, que todos os dias o Vereador do pelouro tinha informação fidedigna de todos os serviços de produção sobre a situação do Concelho de todos os reservatórios, como, problemas que surgiam em todos os sistemas de bombagem.

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Portanto, o Executivo Municipal, através do Vereador, e sempre que havia um problema de maior, também tinham de confirmar, era colocado e dado conhecimento ao Presidente da Câmara, e confirmava que havia dias que, por várias questões que não tinha a ver, eventualmente com questões de seca, existiam problemas nos reservatórios que às vezes tinha a ver com os sistemas de bombagem, inclusive, e eram dias em que o problema de abastecimento muitas vezes podia ser colocado e que já vinham sendo tomadas medidas, inclusivamente no último período em que tinha havido um período de seca, de redução do caudal em todas as casas, sem que isso tivesse causado nenhum alarmismo social, apesar de terem recebido, obviamente, algumas reclamações a dizer que a água não corria com a pressão que eventualmente as pessoas gostariam que corresse, mas tinha sido premeditado sem qualquer alarmismo, mas de forma consciente e deliberada por parte da própria Câmara Municipal.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Germano Barros** que disse que não queria intervir, mas o Vereador tinha feito uma afirmação incorreta, nomeadamente sobre a notícia da SIC notícias que dizia que 90% do hoje abastecimento da água de Israel era fornecida por fábricas de aceleração por osmose inversa, e o que o próprio havia referido era sobre a reutilização das águas residuais, e na internet, no site *digitalwater.com*, dizia que Israel era um dos pioneiros do mundo na reciclagem de água e que quase 90% dos influentes de Israel eram tratados para reuso, e a maior parte era utilizada na irrigação agrícola. Outra notícia, em 2015, dizia que Israel reutilizava 80% da água e queria chegar a 90%. Portanto, achava que o Vereador estava a falar do montante enquanto o próprio estava a falar da jusante, e achava que era bom repor as coisas como deviam ser.-----

-----Solicitou novamente o uso da palavra o **Presidente da CM** que disse que em Portugal ainda faltava um largo caminho para a regulamentação da utilização, em rega ou outros fins, de águas residuais, e, neste momento, o grande problema que existia era que aparentemente uma operação de utilização de águas residuais para rega ou outros fins era uma operação mais cara do que se abrir um furo para efetuar a rega, e isso era um problema que tinha de ser regulamentado. Existia falta de regulamentação no país sobre esta matéria e, portanto, era uma questão urgente. Aliás, tinham este conhecimento exatamente pelos motivos que havia invocado há bocado da obrigatoriedade, mas que haviam mantido apesar do outro contraente deste contrato de urbanização, muito ter retilhado com a Câmara de não haver essa regulamentação e dizer que podia ser imputado custos excessivos e que não podiam ser eventualmente regulados. Mas a intenção da CM havia-se mantido, e tinha sido exatamente da obrigatoriedade dessa utilização.-----

-----Por fim, disse que havia um caminho ainda grande a percorrer por falta de regulamentação e obviamente, se por uma qualquer operação, saísse mais barato, fazer um furo num aquífero e utilizar essa

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

água para rega do que fazer reutilização de águas residuais, o caminho tinha de ser invertido para que fosse executado nesse mesmo sentido.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que perguntou, sobre a situação dessa regulamentação para utilização das águas residuais, se já tinham equipamentos e possibilidades de passar a utilizar esse processo ou não. Disse que achava que algumas das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) já funcionavam com a possibilidade de fazer esse processo, ou estava muito próximo, mas não tinha a certeza e gostava de saber. -----

-----Fez uso da palavra o **Presidente da CM** que começou por referir que neste momento existia condições para que as 3 ETARS no Concelho produzissem água, não para consumo, mas para outros fins. Neste momento, os custos de produção e obviamente de adução dessa água para esses fins eram mais caros e era preciso regulamentar. Ou seja, se iam imputar o custo da água tratada ao consumidor, esta saia mais cara do que obviamente a captação que a Câmara fazia. Portanto, neste momento era preciso haver regulamentação sobre esta matéria, mas sim, as ETARS estavam preparadas para ter água tratada. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que referiu que, depois de ouvir o Senhor Presidente da CM e o senhor Vereador Nelson Pólvora, a CDU continuava a entender que era muito útil que este documento baixasse à Comissão “2” ou a todas as comissões devido à importância que tinha, para ouvirem a AIA, a CMS e, daí sim, de facto, partirem para uma recomendação mais ampla, mais alargada para que pudessem combater este problema da falta de água rapidamente. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que começou por dizer que em 2019, tinha sido publicada a Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, que estabelecia precisamente as regras para a produção da água, que depois podia ser reutilizada com origem nas ETARS. Também na zona, onde se iriam realizar as comemorações das Jornadas Mundiais da Juventude, há acerca de um ano e meio, onde existia uma ETAR na zona da Expo, tinha estado o Senhor Ministro do Ambiente a fazer o lançamento do primeiro sistema de utilização com que se tinha passado a regar todo aquele complexo da antiga Expo com estas águas recicladas. Portanto, isto era só um pequeno parêntesis, um aparte, mas pela extensão da discussão que se havia gerado aqui, só mostrava, de facto, que o tema tinha sido bem escolhido e que tinham feito bem em trazê-lo aqui, sendo que era completamente pertinente. -----

-----Disse que as propostas da recomendação não apontavam nem direccionavam muito para as soluções, o documento na prática anunciava a situação atual, enumerava potenciais soluções que seriam importantes e, apesar do que tinham ouvido aqui, nada obstava a que pudesse ser votado neste momento, sabendo que depois dava oportunidade ao Município para, com base nesta recomendação e com tudo

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquilo que estava a ser feito, que já existia e que reconheciam que estava a ser feito, mas naturalmente que podia ser melhorado, sendo que achava que havia sempre margem para melhorar e para melhorias. -

-----Concluiu dizendo que o que faziam nesta recomendação era alertar para o tema e dar possibilidade a que, com base naquilo que estava a ser feito, ainda pudesse ser feito de forma a melhor e mais eficaz. Portanto, era essa a proposta e por isso consideravam que, face à abrangência com que estavam feitas as propostas, não apontando a especificidades, tinha condições de ser submetida à votação neste momento, independentemente deste tema continuar a ser debatido.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado João Castanho** que, atendendo à posição do PS em levar o documento a votação, e porque tinha alguma dificuldade em passar os 3 pontos deliberativos em conjunto, perguntou se os podiam votar em separado. -----

-----O **Presidente da AMS** respondeu que este era um documento que estava fechado e que tinha 3 pontos deliberativos, e esta seria uma decisão do proponente. -----

-----Cedeu em seguida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que começou por dizer que, enquanto Coordenador da Comissão “2”, tinha estado a preparar nestes últimos dias/semanas, para apresentar em breve, um plano de atividades para a Comissão “2” e, dentro desse plano de atividades, uma das questões que iria ser proposta para a discussão e apreciação, era precisamente a questão do abastecimento de água e da AIA, e até alargando essa discussão em particular às restantes comissões. No entanto, esta recomendação não era específica sobre esse ponto. Era uma situação no imediato, uma situação a médio e longo-prazo. Portanto, como tinha sido dito, o tema era absolutamente pertinente, como demonstrava a discussão de agora.-----

-----Por fim, disse que não era seu propósito antecipar essa informação, mas em breve, nas próximas semanas iria fazer chegar o plano de atividades aos membros da Comissão. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que disse que tinham ficado a conhecer que havia pelo menos uma intenção de caderno de encargos da Comissão “2” que parecia que iria continuar também esta discussão. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que, relativamente à sugestão do Deputado João Castanho, disse que o documento tinha sido submetido como um todo e que propunham que fosse apreciado como um todo pronto, e também para tentarem agilizar face ao adiantado da hora, porque amanhã era dia de trabalho e por isso não queriam estar a demorar mais. Assim, nas suas perspetivas, poderiam submeter o documento à votação como um todo. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da AMS colocou à votação a **Recomendação à Câmara Municipal sob o tema “Pela Implementação de Medidas de Combate à Seca e Utilização Eficiente da Água no Concelho de Sesimbra”**, que foi **aprovada por maioria** com 12 votos a favor (8 PS, 2 PSD, 1 BE e 1 da Deputada Sílvia Montanha, do CHEGA), e 12 abstenções (10 CDU, 1 MSU e 1 da Deputada Madalena Serra, do CHEGA).-----

-----O GM da CDU prestou Declaração de Voto, na pessoa da **Deputada Sandra Carvalho**, que referiu que a DV iria no sentido das opiniões expressas pela CDU, nomeadamente, naquele que era o trabalho imediato que estava já a ser feito com aplicação direta e já com resultados refletidos relativamente aos consumos por parte da CM que aqui tinham sido elencados pelo Vereadora Nelson Pólvora, e quer naquilo que estava planeado para o futuro, quer relativamente ao trabalho que estava a ser feito de planeamento para melhoria e aumento da gestão eficiente e da poupança de água e no âmbito da AIA, que parecia interessante e que, independentemente do mérito que esta proposta tinha, sendo que os tinha feito discutir durante algum tempo, este assunto merecia que continuasse a ser discutido. Acrescentou que saudava com muita satisfação a informação transmitida pelo Coordenador da Comissão 2, que de facto este era um dos assuntos que, no âmbito dessa comissão, iria ser debatido. -----

-----Por fim, disse que, tudo a favor da poupança da água, mas reconhecendo que, de facto, a grande maioria das ações de imediato já estavam a ser feitas, dentro da possibilidade, por parte do Executivo da Câmara, que se saudava.-----

----- Logo após o **Presidente da AMS** declarou aberto o **Período da Ordem do Dia com o 1º ponto da ordem de trabalhos: Apreciação da Atividade Municipal**, informando que adotariam os moldes habituais. Referiu que todos os tempos de intervenção eram conhecidos de todas as bancadas, também do executivo e apelava ao cumprimento dos mesmos. -----

-----Sobre este ponto, solicitou o uso da palavra o **Deputado Pedro Mesquita** que cumprimentou todos os presentes e todos aqueles que acompanhavam a partir de casa, e disse que queria deixar só uma nota, porque era meia-noite e já levavam uma hora de atraso na ordem de trabalhos. Perguntou se o Presidente da AMS queria continuar com a sessão e se esta iria terminar às 2h40, porque no programa estava indicado 1h40 que, com mais 1 hora, chegava às 2h40. -----

-----Disse que não sabia se era essa a previsão ou se calhar passavam este ponto para outra sessão, que era o que faziam quase todas as assembleias municipais aqui à volta, que era dividir em 2 ou 3 sessões, aquelas que fossem necessárias, mas não iriam sacrificar as pessoas a ficar aqui até às 3h00 ou até às 2h30.



Assembleia Municipal de Sesimbra

Por fim, disse que, ou eram efetivamente muito sucintos, que era o que infelizmente não acontecia, mas era transversal, ou então isto iria “derrapar”. -----

-----Fez uso da palavra o **Presidente da AMS** que saudou o reconhecimento da transversalidade na derrapagem do tempo, e disse que iriam, naturalmente, continuar a sessão, apelando ao bom senso. Acrescentou que tinham na planificação de facto, o final da sessão às 1h40, que era o somatório dos tempos regimentais, que sabiam que muitas vezes “derrapava”. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Germano Barros** que disse que concordava com o Deputado Pedro Mesquita porque efetivamente iriam acabar às 3h00, por este “andar”. -----

----- Sobre o ponto da ordem de trabalhos, referiu que em tempos tinha-se feito um ensaio de ter trotinetes na Quinta do Conde e no resto do Concelho. Gostava de saber, como ultimamente não tinha visto trotinetes naquela zona, se o ensaio foi tinha ido a vante ou se tinha acabado. -----

-----Referiu também que em tempos tinha havido um projeto para aproveitamento das pedreiras para fazer uma central elétrica de bombagem, e não sabia se tinha tido algum seguimento ou se ainda continuava na fase mais que preliminar. -----

-----Disse que a Apostiça tinha sido incluída numa lista preliminar de futuras localizações para o aeroporto Lisboa. Acrescentou que, antes que a decisão fosse tomada a semana passada, salvo erro, estava na lista da consulta pública, e com certeza que não tinha sido o único a ver, e gostaria de saber qual era a opinião pessoal ou da Câmara sobre as novas localizações que tinham surgido nomeadamente, Rio Frio e Poceirão, que estavam na margem sul. -----

----- Por fim, relativamente à reunião sobre o Palácio Justiça, disse que gostava de saber qual era o andamento do projeto e quando iria avançar. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui Rodrigues** que começou por perguntar se o Presidente da CM já tinha o balanço, quer do Carnaval, quer do réveillon, e referiu que tinha havido uma reunião com o Ministério da Saúde e, como se estava a aproximar do Verão, queria saber como é que estavam de atendimento complementar em Sesimbra. -----

----- Sobre o aterro do Zambujal, disse que já havia um relatório e perguntou que situação é que tinham agora. -----

-----Em relação à intervenção do Deputado Pedro Mesquita, disse que solicitava que o Partido Socialista, visto que tinha maioria no Governo e como a Bancada do PS tinha ligações diretas ao Governo, que fizesse uma alteração legislativa por forma a que esta AM, em vez de reunir à noite, tivesse



Assembleia Municipal de Sesimbra

possibilidade de reunir durante o dia, à semelhança daquilo que faziam os Deputados da Assembleia da República e da Assembleia Municipal de Lisboa.-----

-----Fez uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que atendendo ao adiantado da hora, iria apenas colocar uma questão e referiu que havia constatado, na Atividade Municipal, que existiam 2 reuniões no mesmo dia por parte da agenda do Vereador Nelson Pólvora, no dia 6 de fevereiro, uma sobre a operação Carnaval 2023, que supunha que tivesse sido no âmbito da definição da atuação da fiscalização durante este evento, que saudava sempre e aplaudia este planeamento, e outra que falava em reunião, Carnaval-Comissão, e que deixava alguma dúvida. Perguntou se esta Comissão era a Comissão de Carnaval ou tinha a ver com algum fornecimento de água às escolas. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Castanho** que disse que à entrada do último trimestre do ano passado, tinham trazido uma recomendação sobre a mobilidade elétrica que havia baixado às comissões, sendo que depois tinham percebido que havia o Plano de Mobilidade da Arrábida, sobre o qual haviam debatido, e tinham ficado com a ideia de que no primeiro semestre deste ano iria haver desenvolvimentos. A primeira questão prendia-se com os postos de carregamento elétrico que tinham apresentado no documento, mas este era um bocadinho mais abrangente e falava de outras coisas. Acrescentou que, não tinha combinado nada com o Deputado Germano, mas também tinha uma nota sobre as Trotinetes, porque esse Plano de Mobilidade Elétrica falava da implementação da circulação de trotinetas e, neste momento, já tinham, a nível nacional, e a nível Internacional, algumas cidades a fazerem o retrocesso relativamente a este processo porque tinha havido muita sinistralidade e muitos problemas. Portanto a questão que colocavam era qual era o posicionamento sobre isso, se é que já existia, e qual era a orientação que tinham e com a qual podiam contar.-----

----- Disse que também vinha sendo abordado aqui várias vezes a questão das estruturas fixas de comércio em todo o Concelho e já tinham trazido recomendações. Tinha sido dito aqui que a partir do início deste ano, iriam começar a sensibilizar os comerciantes para corrigir as excedências que tinham sido atribuídas no período da pandemia. Neste sentido, voltavam a questionar, como é que estava a correr e se tinha tido algum sucesso. -----

-----Relativamente ao simulacro da Rua Marquês de Pombal, sobre o qual haviam perguntado na última Atividade Municipal, que tinha sido feito no dia 01 de março, disse que sabiam que o Vereador Márcio Souza tinha estado presente e perguntava diretamente ao Vereador se já tinha relatório, que conclusões se podiam retirar e como é que tinha corrido, porque a rua Marquês de Pombal, à semelhança da Rua da Paz, era uma das artérias com mais movimento e mais complexas da Vila de Sesimbra. -----

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente ao aterro do Zambujal, disse que colocava também a questão diretamente ao Vereador Márcio Souza, que sabia que vinha acompanhando a situação. Assim, pediam para que este partilhasse a sua visão e os perigos existentes. Acrescentou que sabiam que existia o envolvimento do Ministério do Ambiente na recuperação do aterro e, neste sentido, questionavam se havia alguns resultados e algumas análises.-----

-----Sobre a concessão da exploração publicitária, disse que sabiam que estavam a preparar um concurso e referiu que já haviam colocado algumas questões ao município, sobre as quais ainda não tinham resposta, mas tinha passado relativamente pouco tempo. Mas queriam colocar duas questões rápidas sobre este tema, nomeadamente, como é que seriam salvaguardados os interesses dos pequenos comerciantes, se iriam ter alguma imposição de valores, se havia alguma baliza concertada de preços ou se inclusive iriam ter direito de preferência para proteção dos nossos comerciantes. -----

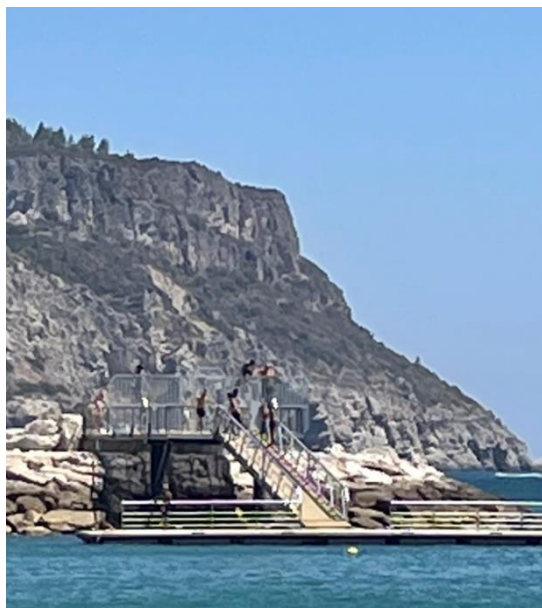
-----Sobre a barreira do cais do pontão da Praia do Ouro, referiu que já estava implementada e reforçada e disse que, no ano passado, já no meio do verão, quando viram como é que estava a correr, tinham colocado algumas questões ao município a 16 de agosto, e até ao momento tinham sido completamente ignorados na resposta a essas questões, o que estranhavam porque a Câmara vinha sendo muito diligente e muito colaborativa nisso, mas não sabiam o motivo da ausência. Entretanto, como já tinha acabado o Verão e como a barreira tinha sido retirada, talvez fosse por isso, mas o Verão estava a chegar novamente. -----

-----Disse também que, no Verão de 2022, por questões de segurança, a CM havia instalado um sistema de controlo de acesso através de cartão magnético que devia ser solicitado ao Gabinete de Turismo. Até àquele momento, o acesso era livre, espontâneo e informal a qualquer um, sendo que, provavelmente era usado para darem mergulhos e para saltarem para a água, o que todos já tinham feito quando eram miúdos. Neste momento, além do aspeto que aquela barreira trazia à praia de referência, ela não tinha impacto. -----

-----De seguida, solicitou que fossem projetadas as seguintes fotografias:-----



Assembleia Municipal de Sesimbra



-----Referiu que aquilo que tinham pretendido ao criar uma barreira, era não permitir o acesso, o que tinha tido o efeito um bocado perdido, porque aquela barreira de 2 metros de altura, servia como um exercício de ginástica, sendo que as pessoas subiam e saltavam a barreira, conforme se verificava nas fotografias onde as pessoas estavam “empoleiradas”, tendo sido as fotografias tiradas de longe. Acontecia todos os dias sucessivamente saltarem a barreira, mergulhar, voltar cá abaixo, entrar na areia, subir o pontão e voltar a fazer o mesmo. -----

----- Portanto, as questões que colocavam era se com a medida da barreira sabiam quantas vezes a plataforma tinha sido usada por embarcações, se conseguiam saber se o acesso era ou não transmitido por quem tinha, se tinha havido conhecimento prévio ou se tinha sido sugestão da Proteção Civil a criação desta estrutura, e, por último, se a estrutura seria mantida em 2023 face à experiência do ano passado e se estavam previstos alguns melhoramentos porque, atendendo a isto, era natural que tivessem de existir. -----

-----Relativamente à reunião sobre a Estratégia Local de Habitação realizada a 27 de fevereiro, questionavam se havia mais desenvolvimentos. -----

-----Referiu que havia duas obras com muito tempo, na rua da República, e a questão que colocavam, atendendo ao tempo que as obras estavam a demorar, sendo que havia dois estaleiros de obras numa Rua Principal, era se não corriam o risco de ter ali dois monos para muitos anos porque estavam a levar tempo demais. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto às limpezas dos terrenos privados que tinham acabado agora, perguntou se existiam algumas ações preventivas e se tinha havido alguma fiscalização depois da limpeza, e, sobre a Escola Secundária da Quinta do Conde, disse que provavelmente iria haver algum agravamento das condições para o próximo ano e perguntou se deviam e se podiam fazer alguma coisa. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que tentaria ser telegráfico e que queria fazer uma referência à intervenção do Deputado Pedro Mesquita, sendo que, a meio da semana, realmente, era uma violência porque todos tinham trabalho amanhã e, portanto, realmente devia ser repensado, ainda por cima com a apreciação da Atividade Municipal na ordem dos trabalhos, que sabiam que se prolongava demasiado. -----

-----Sobre a Atividade Municipal, a propósito de uma reunião em fevereiro entre o Senhor Presidente da CM com os concessionários dos areiros da Mata de Sesimbra, disse que já estavam em maio e perguntou se tinha havido alguma evolução e que informação podia dar sobre isso. -----

-----Sobre o aterro do Zambujal, disse que tinha tomado nota de que o estudo tinha sido completado e que iriam para um plano de recuperação que passava por um confinamento “in situ” e que queria saber era se a Câmara Municipal tinha recebido o relatório do estudo, sendo que havia questões prementes para se esclarecer a população. Acrescentou que tinha sido identificada a presença de resíduos perigosos e perguntou se isso implicava risco, porque achava que ninguém ainda sabia, a não ser que tivesse o estudo em seu poder para poder apreciar isso. Quanto ao confinamento “in situ”, era uma medida de recuperação que pensava ser adequada. -----

-----Disse que fazia agora um ano que havia enviado um e-mail à Câmara Municipal a pedido de munícipes que o haviam contactado diretamente por causa de uma inversão de sentido trânsito numa estrada no Casalão, entre Corredora e Santana, e não tinha recebido qualquer resposta, e julgava que os munícipes também já tinham enviado três e-mails antes, mas não sabia se tinham recebido ou não, sendo que também não tinha tido sequer a delicadeza de perguntar. -----

-----Disse que tinha percebido, através das redes sociais, que tinha havido uma demolição da casa histórica, quase na curva da barquinha, quando se descia Santana, que muitas pessoas achavam muito bem e outras tinham ficado trucidadas na sua emoção por causa daquilo que aquela casa valia. Acrescentou que acreditava que tinha sido uma obra particular, mas de qualquer forma era uma demolição e teria de ter uma autorização municipal. Perguntou o que é que tinha justificado aquela demolição e o que é que se previa para ali, porque havia algumas preocupações de vários munícipes sobre isso. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Fez uso da palavra o **Presidente da AMS** que perguntou ao Deputado Paulo Caetano se havia colocado a questão à CM, através de email, enquanto município.-----

-----Interveio o **Deputado Paulo Caetano** que respondeu que, a pedido de munícipes, enquanto membro da Assembleia, havia enviado um e-mail à Câmara Municipal com 3 questões.-----

-----Usou novamente da palavra o **Presidente da AMS** que solicitou permissão para elucidar o Deputado sobre o canal de comunicação entre os deputados e a Câmara Municipal, que era dos deputados para a Mesa da AMS e desta para a Câmara municipal, que depois enviava uma resposta para a Mesa da AMS, e esta remetia a todos os deputados.-----

-----O **Deputado Paulo Caetano** disse que julgava que tinha enviado o email com o conhecimento da AM. -----

-----O **Presidente da AMS** disse que a Mesa não tinha conhecimento e que assim, era normal que não tivesse resposta, porque não era esse o canal devido. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado António Marques** que cumprimentou todos os presentes e, em especial, os órgãos sociais da ACRUTZ que mantinha a atividade desta casa, sendo que hoje podiam usufruir desta magnífica sala. -----

-----Referiu que tinha duas pequenas notas, uma em relação à Carta Municipal de Habitação, sobre a qual o relatório dos serviços referia que tinha havido alguns constrangimentos e uma demora na elaboração da mesma, e solicitava só um ponto da situação para saber se a mesma estava resolvida.-----

-----Solicitava também o ponto de situação sobre a revisão da Carta Educativa/ elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso** que cumprimentou todos os presentes e quem acompanhava a sessão online. Sobre a apreciação da Atividade Municipal, referiu que no dia 28 de março tinha havido uma reunião da Senhora Vice-Presidente da CM com um grupo de imigrantes e refugiados ucranianos, como o tema de apoio do programa Porta Aberta, e queria perceber um pouco mais sobre esta reunião. -----

-----Relativamente às praias, disse que já tinha havido um verão antecipado que se havia sentido em vários episódios ao longo do país, a falta de nadadores-salvadores. Neste sentido, queria também saber como é que estava a situação em Sesimbra relativamente às praias, se possível. -----

-----Fez uso da palavra o **Deputado Miguel Nunes** que disse que só tinha duas questões para colocar ao Executivo, nomeadamente, gostaria de saber um ponto de situação da questão da Casa do Povo, e depois, a segunda questão prendia-se com a aquisição feita por parte da Câmara Municipal dos terrenos

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Na Vila Amália, no valor de 284.000,00€. Perguntou se essa aquisição tinha sido ou não deliberada em reunião de Câmara.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Paula Rodrigues** que referiu que com a seca, o abastecimento de água doce através dos afluentes à Lagoa era menor, aumentando o risco de um assoreamento maior e hoje havia iniciado a abertura da Lagoa de Albufeira. Acrescentou que no dia 02 de junho de 2022, a Câmara Municipal de Sesimbra havia deliberado sobre uma moção no sentido de que até abril de 2023 fossem efetuados, através da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a conclusão do projeto de execução da abertura do desassoreamento da Lagoa de Albufeira e a concretização de obra. Perguntou se existia alguma evolução ou alguns desenvolvimentos no que se referia ao projeto de execução da abertura e desassoreamento da Lagoa de Albufeira. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que disse que tentaria ser o mais sucinto possível, dado o avançado da hora. Acreditava que já estavam todos cansados, mas não queria deixar de dar aqui algumas notas no âmbito deste ponto. A primeira era para dar uma opinião, uma tomada de posição, manifestando aqui a sua discordância, que tinha a ver com o meio utilizado para promover também a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, com a aquisição do equipamento bélico, do chaimite, por parte da Câmara Municipal. Em causa não estava o valor, mas não queria deixar passar esta possibilidade que tinha aqui de manifestar que achava que o 25 de Abril devia ser recordado mais por outras coisas do que por esse aspeto bélico, e, nesse sentido, na sua opinião, não tinha sido uma boa decisão, mas a Câmara teria legitimidade de o fazer, mas não queria deixar de manifestar aqui a sua opinião.-----

-----Disse que, no âmbito de uma recomendação trazida a esta Assembleia em setembro do ano passado, relativamente à existência de umas paragens que obstruíam passeios junto às escolas em Sampaio, e a situação que tinha a ver com a entrada para um estacionamento através de uma passadeira junto à Escola Básica do Castelo, sobre o qual não tinha havido qualquer intervenção, queria pedir um ponto de situação sobre esta temática e sobre esta recomendação, até porque o ano estava a terminar e já tinham percebido que não iria acontecer nada, mas era bom que no próximo ano se conseguisse resolver estas situações. -----

----- Disse que havia um aspeto que lhe parecia relevante, que tinha a ver com a informação que havia chegado a todos os deputados da ata da Comissão de Acompanhamento do PDM e a cópia dos pareceres que, no seu caso pessoal, tinha sido motivo de alguma preocupação, porque um documento que já estava em revisão há algum tempo e que todos já tinham debatido aqui que era essencial para a para a gestão, para a vida futura do Concelho e para a sua definição estratégica de futuro, a verdade era que, sem querer

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

utilizar palavras muito pesadas, quase todos os pareceres tinham sido desfavoráveis ou favoráveis condicionados, e isso obviamente que, não sabia se era motivo de alerta social, mas era motivo de preocupação que iria merecer um trabalho grande de concertação para ultrapassar uma série de questões levantadas que iam desde o cumprimento dos programas ou planos superiores e algumas falhas que lhe pareciam erros crassos, que nesta fase poderiam ou deveriam ter sido evitados. Este parecia um aspeto relevante que devia ser assinalado no âmbito da apreciação municipal deste período.-----

-----Não havendo mais questões, foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** para que prestasse os devidos esclarecimentos. -----

-----Este começou por dizer que quando as perguntas eram feitas desta forma, sobretudo a última, bem como as outras, era impossível responder exatamente com o mesmo tempo com que a pergunta tinha sido feita. Perguntou quanto tempo é que tinha para responder.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que referiu que as bancadas haviam utilizado 20 minutos e que, o Presidente da CM tinha um tempo total de resposta de 1 hora e 28 minutos, que era o somatório dos tempos totais de cada Grupo Municipal.-----

-----O **Presidente da CM** disse que tentaria ser o mais sucinto possível, sendo que depois, obviamente, havia questões sobre as quais poderia dar a palavra aos vereadores. -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Germano Barros, relativamente às trotinetas, disse que nunca se tinha feito nenhum ensaio e que aquilo que se havia colocado aqui na Assembleia Municipal era que havia uma proposta de uma das empresas para poder fazer um ensaio. Essa discussão, que tinha sido à margem de outro assunto sobre mobilidade elétrica, como o Deputado João Castanho havia colocado, que havia levantado uma série de celeuma. Referiu que, neste momento, tinham estancado e abandonado, nesta fase, qualquer experiência que se viesse a realizar, fosse na Quinta do Conde ou em Sesimbra. Portanto, neste momento estava parado. Acrescentou que não tinha havido nenhuma experiência, mas uma proposta de um projeto piloto que nunca se havia implementado em tempo nenhum, nem na Quinta do Conde nem em Sesimbra. -----

-----No que respeitava à central elétrica de bombagem geração arrábida, disse que não havia nenhuma evolução. Havia um pedido de informação prévia por parte do promotor, o qual tinha sido respondido com uma resposta muito genérica, que era remeter para um conjunto de entidades supramunicipais para recolha de pareceres e, portanto, desconhecia que houvesse alguma informação mais recente, sendo que não tinha existido na Câmara Municipal de Sesimbra. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre o novo aeroporto, disse que tinha sabido exatamente no dia em que havia saído a notícia, através da SIC, porque tinha aparecido logo um mapa com a Apostiça. Confidenciou que tinha sido uma surpresa porque nunca tinham ouvido tal coisa. Ainda tinha tido o cuidado de, na manhã seguinte, por mensagem, perguntar ao proprietário se este sabia de alguma coisa sobre aquela matéria, sendo que este também desconhecia, e até estavam a tentar perceber de onde é que tinha vindo e o porquê de ter aparecido aquela sugestão no mapa, que já se sabia que tinha sido abandonada. -----

-----Referiu que a opinião da Câmara sobre o novo aeroporto era que era uma matéria sensível e achava que provavelmente não seria consensual entre todos. Mas, havia uma coisa lhe parecia consensual, fosse qual fosse o modelo do novo aeroporto, para Sesimbra era importante que fosse na margem Sul. Achava que isso era fundamental, pelo menos do ponto de vista Económico. Falava um bocadinho por si, que tinha uma opinião e uma opção que era conhecida e que ia em linha com aquilo que hoje a Comissão técnica indicava como sendo uma opção privilegiada, independentemente do local. Acrescentou que, esta Assembleia uma vez havia deliberado sobre uma proposta de localização quando se colocava a hipótese de ser na margem sul ou na margem norte do tejo, mas nunca tinha havido uma deliberação formal com a questão da opção que viesse a estar em “cima da mesa”. -----

-----Relativamente à reunião sobre o Palácio da Justiça com o Secretário de Estado, disse que tinha sido uma visita às instalações do atual Tribunal e referiu que a informação que tinham neste momento era que estava previsto sair uma resolução do Conselho de Ministros com a indicação das prioridades de investimento das infraestruturas de justiça. Não tinha sido um pedido de reserva por parte do Senhor Secretário de Estado, que não se sabia quando é que sairia, sendo que já era para ter sido em 2022, e que Sesimbra, de acordo com os critérios elencados para essa priorização, era a primeira prioridade a par do Tribunal de Menores de Aveiro e do Tribunal de Vila Franca de Xira, e tinha a vantagem de ter um projeto de execução. Já tinha havido uma reavaliação do preço base, que inicialmente era 2,3 milhões de euros e neste momento era 3,5 milhões de euros, mas não havia nenhuma informação sobre quando seria tramitado. -----

-----Disse ainda que o que a Câmara Municipal havia transmitido ao Secretário de Estado que, tendo em conta que o projeto de execução tinha sido entregue em 2019, que existia esta tramitação em que Sesimbra estava nos primeiros, e sendo que já tinha passado o prazo do protocolo e que já podiam reverter o terreno novamente para a posse do Município, que aguardariam até ao final do ano de 2023 para que fosse definida essa portaria, com o prejuízo de que, se não fosse, poderiam exercer o ónus de reversão do terreno para a posse do Município de Sesimbra. -----

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- No que respeitava ao Balanço do Carnaval e Réveillon, disse que já tinha sido feito o Balanço, sobretudo com as entidades. A Proteção Civil tinha feito um balanço em relatório próprio que tinha sido distribuído pelo Executivo Municipal, e tinha de se verificar com o Coordenador da Proteção Civil se podia ser distribuído pela Assembleia Municipal ou se havia alguma reserva de informação. Referiu que tinham acabado por fazê-lo também com as forças de segurança e que havia um conjunto de avaliações que ainda teriam de fazer. -----

-----Referiu também que, na reunião com as forças de segurança, tinha estado presente o Vereador Márcio Souza, e não sabia se tinha estado presente mais algum vereador, e que, do ponto de vista das forças de segurança, com todas as situações que haviam ocorrido, tinha sido feita uma avaliação bastante positiva face ao quadro de número de pessoas que estavam em Sesimbra. Tinha sido dos anos que, em função do número de pessoas e das ocorrências, melhor havia corrido em Sesimbra, sobretudo durante o período noturno que era aquilo que tinha preocupado a todos, não obstante de todos reconhecerem que era necessário eventualmente avaliar uma possibilidade de controlo de acessos no período noturno. -----

-----Sobre o aterro do Zambujal e o respetivo relatório, disse que iria responder a todas as questões que tinham sido colocadas de uma forma muito simples. Referiu que a Câmara Municipal não tinha ainda recebido o relatório, não obstante de o próprio Presidente da Câmara o ter feito pessoalmente junto da Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) que tinha ficado de reiterar junto do Vice-Presidente para o envio deste relatório, mas o Presidente da Câmara tinha o relatório que tinha sido enviado pela comunicação social com reserva de informação. Portanto, não o iria distribuir, mas não escondia que lhe tinha sido enviado pela comunicação social. Acrescentou que não deixava de lamentar que a comunicação social tivesse acesso ao relatório e que já tinha tido a oportunidade de o ler, sendo que se iria reservar até que este fosse enviado de forma institucional. Por fim, disse que era de lamentar que Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Assembleia Municipal não tivessem o relatório.

----- No que respeitava à questão do carregamento de viaturas elétricas, disse que neste momento ainda não tinham evolução na preparação das peças do concurso. Tinham tido inúmeras empresas privadas a solicitar protocolos com a Câmara Municipal de Sesimbra para a instalação de postos de carregamento, sobre os quais estavam identificados os locais, a capacidade da carga e de amperes para cada um. Referiu que o entendimento era que tinha de ser por via concorrencial e acrescentou que não tinham preparado ainda as peças do concurso, que aparentemente seria por lotes. -----

-----Sobre as estruturas fixas, ou seja, a ocupação do espaço do comércio, disse que havia um entendimento entre o Executivo Municipal face, eventualmente, às questões que tinham previsto de

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

reabilitação da marginal e dos paços do Concelho que, não tendo ainda condições de implementar antes do verão, deixariam, ainda de forma extraordinária, a possibilidade de utilização das atuais esplanadas até ao final de setembro, o que já tinha sido transmitido, sempre colocado pelos comerciantes.

-----Disse que, em setembro ou em agosto, assim que tivessem o projeto, que não iria ser pacífico nem fácil e iria haver muita pressão sobre o Município, sobre todos os vereadores e Presidente da Câmara. Mas, a intenção, com o projeto fechado, que tinha sofrido alguns ajustes da opinião de todo Executivo e que ainda não tinha sido apresentada, era que, quer com os prazos de início da obra, quer com o que seria a revitalização e a deslocalização, de certa forma, e o arrumo da ocupação do espaço público, o viessem a fazer publicamente com os próprios comerciantes.-----

-----Sobre a concessão da publicidade, disse que também estavam a trabalhar nas peças do concurso. Referiu que não era um procedimento fácil, não eram muitas câmaras e não estava de todo ainda prevista esta salvaguarda, sendo que não era matéria fácil para salvaguardar as questões do pequeno comércio.

-----Disse ainda que havia duas nuances, que era o pequeno comércio que não deixava de poder instalar publicidade desde que fosse em recintos privados, que não ocupação do espaço público, mas se perguntasse se podia colocar um outdoor ou um mini outdoor por iniciativa própria, de acordo com o que estava neste momento a ser trabalhado nas últimas peças do procedimento, a resposta era que não podia. Portanto, o vencedor teria quase um monopólio. -----

-----A única coisa que estavam a ver era se faziam isto por lotes no sentido de ser mais do que um operador. Os outdoors, que era o mais atrativo para as empresas de publicidade, teria o ónus de um conjunto de abrigos de passageiros em que tinham de colocar. Referiu que em qualquer cruzamento havia postes de sinalética onde se colocava a publicidade de todos os supermercados e todas as lojas, cada um da sua cor, cada um adjudicado à sua empresa e isso não iria ser possível, sendo que, apenas um único posto poderia ter até 5 placas sinaléticas, mas neste momento estava também a ser trabalhado. ----

-----Sobre a barreira no Cais da Praia do Ouro, disse que não sabia se a Vereadora Argentina Marques iria querer acrescentar alguma coisa, mas o próprio queria fazer um histórico sobre esta questão que começava no protocolo que a Câmara havia assinado em 2009, um protocolo tripartido e era este o modelo que estava previsto acontecer, que o próprio defendia, mas era uma opinião muito pessoal, e tinha sido este o espírito de implementação daquela infraestrutura de apoio às atividades marítimo turísticas e escolas de mergulho e à náutica de recreio. Era um protocolo entre a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), a Câmara Municipal de Sesimbra e uma associação que neste momento já não existia, que era sobretudo das escolas de mergulho. Esse protocolo previa que a Câmara fizesse um investimento

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de colocação do Cais da Praia do Ouro, e previa também que competia à associação fazer o controlo de acessos com uma estrutura que podia também vender produtos na entrada desse cais, com porteiro, o que significaria que teria de ter sempre uma pessoa durante o período em que estivesse instalado o cais flutuante, de forma a ter o controlo de acessos a esse mesmo Cais. Entretanto, a associação tinha desaparecido e o cais aparecido, o que vinha sendo um problema ao longo destes anos. -----

-----Disse que a obrigatoriedade em termos do controlo de acessos tinha sido uma imposição da Capitania do Porto de Setúbal por questões de segurança. Reconhecia que se não estivesse lá um guarda 24 horas, as pessoas saltavam 2 metros como eventualmente saltavam 3 ou 4, se assim fosse, e ainda ficava uma imagem pior. Acrescentou que a opção tinha sido exatamente a de cumprir a indicação da equipa do Porto de Setúbal, por forma a manter a possibilidade daquele Cais que era importante em várias matérias, não só para o acesso ao fundeadouro que existia em frente à praia do ouro. Era importante porque retirava também peso de entradas e saídas das marítimo turísticas, que era feito no cais entre a ponte cais número 1 e a ponte cais número 2.-----

-----Disse que se lhe perguntassem, diria que continuava a achar que se houvesse uma estrutura que representasse os operadores marítimo turísticos, que não havia, deveria de se fazer o controlo de acessos naquele Cais, mesmo que pudessem também comercializar a sua experiência, as suas ofertas e os seus produtos turísticos. Acrescentou que o que estava previsto neste momento era haver um regulamento ou normas de acesso, até para haver alguma legitimação de não haver entrega de cartões um bocadinho de forma indiscriminada, mas regulamentada, sobre o tipo e o número de cartões, que tinha a ver com o número de embarcações, eventualmente porque os *skippers* eram vários, e pensavam que desta forma corresse melhor, mas do ponto de vista de segurança, o problema iria-se manter. -----

-----Referiu que a alternativa que tinham neste momento ou seria a Câmara ter lá uma pessoa com uma instalação, que achava que não era lógica nenhuma porque qualquer dia a Câmara só faltava meter as pessoas dentro dos barcos. Ou então era a câmara dizer que não tinha o Cais da Praia do Ouro para não ter o problema entre mãos. Acrescentou que das últimas vezes que haviam abordado este assunto com a APSS, apesar de ser problema que, de certa forma, recaia muitas vezes sobre a Câmara Municipal por via deste protocolo, a APSS defendia que a Câmara deveria concessionar aquele acesso. Portanto, o concessionário poderia ser uma empresa que explorasse o acesso àquele cais e que, obviamente, quem quisesse utilizar teria de pagar. Não sabia se seria a melhor opção, mas, neste momento, confessava que aquilo que via com bons olhos era aquilo que estava na génese do protocolo, ou seja, haver um controle de acesso por parte daqueles que operavam no Cais da Praia do Ouro -----

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre as duas obras na Rua da República, disse que pensava que a obra da esquina estava neste momento em andamento, a cumprir os prazos. Tinha havido um período entre a fase da estrutura e as possibilidades, que tinha demorado mais tempo. Acrescentou que não se recordava qual era o prazo de execução desta.-----

-----Sobre a outra obra, disse pensar que era aquela ao lado do Centro Comercial, e que tinha sido pedido recentemente uma licença especial de acabamento, portanto, um prazo especial para acabamentos daquela obra, que também tinha estado parada num determinado período, que resultaria, com certeza da conjuntura, eventualmente ou de alguma apreensão por parte dos próprios promotores. Mas, tinha sido pedido e acedida, há pouco tempo, uma licença especial para término da obra. -----

-----Relativamente à limpeza de terrenos privados, referiu que tinham recebido, hoje ou ontem, o levantamento das indicações por parte do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), de identificação dos terrenos que não tinham sido limpos pelos proprietários e que a Câmara tinha agora a responsabilidade de se fazer substituir aos mesmos para limpar, e onde se incluíam alguns terrenos municipais. Acrescentou que não tinha aberto ainda o ficheiro, portanto não sabia se eram muitos ou poucos, mas este havia seguido imediatamente para a Proteção Civil, e tinham, obviamente, de tramitar este processo. Disse também que pela experiência dos últimos anos, não era caso único no Concelho de Sesimbra ou no Município de Sesimbra. Havia uma dificuldade imensa neste período de contratar empresas para fazerem esse trabalho, porque estavam assoberbadas num conjunto de outras tarefas noutros municípios. Acrescentou que, em 2020 ou 2021, o Município tinha sido autuado por não se ter conseguido substituir aos proprietários por incapacidade de contratar as próprias empresas. -----

-----Sobre a Escola Secundária da Quinta do Conde, referiu que tinham tido hoje uma reunião com o Secretário de Estado da Educação. Disse que deixaria para a Senhora Vice-Presidente para explicar o estado da arte do ensino secundário da Quinta do Conde, mas que podia adiantar, sem reserva de informação, o que tinha sido estabilizado entre a Câmara e a Secretaria de Estado.-----

----- Disse que, em primeiro lugar, para desmistificar esta questão, fazia falta ensino secundário na Quinta do Conde e em Azeitão, ou seja, eram precisas 2 escolas, portanto, esta era um dado adquirido, para evitar que houvesse suposições, e a conclusão a que haviam chegado, atendendo a que as escolas, sobretudo a Michel Giacometti, era uma das 33 escolas que estava em primeira prioridade, portanto, tinham de perceber da parte da tutela se a visão era ampliar a Escola Michel Giacometti ou fazer uma escola nova, e aquilo que haviam assumido entre as partes era tramitar o processo de um projeto para uma escola nova que iria substituir, no quadro de reabilitação, num outro local, a Michel Giacometti, ampliando-

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

a. Portanto, seria uma substituição da Michel Giacometti com uma ampliação das respostas no secundário, num local diferente do local onde se encontrava a Escola Michel Giacometti, o que significava que poderiam continuar a existir as aulas sem problemas. Mas, não estavam a falar de um horizonte de um ano, nem 2 nem 3, porque só o projeto iria ser coisa para 1 ano, mas esta estava nas primeiras prioridades, até 2030. Acrescentou que iria haver revisão agora dos mecanismos de financiamento e da lista das escolas, portanto iriam avançar para o projeto que também era financiado, e havia o compromisso do financiamento do próprio projeto. Isto era aquilo que tinha ficado da reunião relativamente ao ensino secundário. -----

-----Deu nota de que iriam candidatar a Escola Navegador Rodrigues Soromenho a um mecanismo de antecipação do 2030. Uma vez que tinham projeto de execução para a fase dois da Escola, iriam também avançar com a candidatura ao financiamento do mecanismo de antecipação do Lisboa 2030. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano, relativamente à reunião de fevereiro sobre os areeiros da mata de Sesimbra, disse que existia um problema, nomeadamente que os areeiros queriam manter a exploração, ao qual não se opunham no quadro atual das circunstâncias que sabiam que existiam das fases subsequentes da Mata de Sesimbra, mas havia um plano pormenor, e, portanto, a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) , entendia e invocava no quadro do PDM, que ainda havia reservas para se poder continuar a exploração na Mata de Sesimbra e, havia notificado a Câmara Municipal, sendo que vinha sendo trocado um conjunto de ofícios entre a Câmara e a DGEG no sentido de aferir, no quadro dos instrumentos que neste momento existiam, a possibilidade de, pelo menos num período, até eventualmente uma revisão que gostariam que acontecesse do Plano Pormenor, se havia possibilidade de continuar a laborar ou não. Mas, essa decisão não era do Município, este obviamente tinha um instrumento de gestão territorial que tinha de fazer cumprir. Acrescentou que tinham dito à DGEG, à Secretaria de Estado e ao Ministério do Ambiente, que estavam disponíveis se houvesse uma decisão supramunicipal em que, por adaptação, pudessem rever o Plano Pormenor, estavam disponíveis para fazer. Assim, tinham passado “a bola” para quem podia resolver o problema. Sabia que era um problema que existia entre mãos, mas que teria de ser gerido com alguma sensibilidade entre as partes. -----

-----Relativamente ao email com pedido de informação, disse que a única coisa que poderia pedir era desculpa porque não sabia, e referiu que iria aferir com os serviços o que é que se passava, assim como o que havia solicitado o Deputado João Castanho, e onde é que estava porque com certeza que estaria em algum sítio parado e por isso ainda não tinha sido respondido. -----

-----Sobre a Casa histórica, disse que, não querendo relativizar as redes sociais, tentava que não fossem estas a indicar o que seria a atuação, sobretudo do órgão municipal, mas a única coisa que podia dizer era

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que tinha sido uma notificação e uma obrigação dada ao proprietário por parte das Infraestruturas de Portugal, por risco à Estrada Nacional, do qual a Câmara Municipal tinha sido completamente omissa e não lhe tinha sido pedido qualquer parecer sobre essa matéria. Era, portanto, uma obrigatoriedade das Infraestruturas de Portugal por notificação ao proprietário, que havia obrigado a questões de segurança e levantamento. Acrescentou que, numa apreciação muito sua, salvo melhor opinião, que sabia que não era totalmente coincidente com algumas opiniões que andavam pelas redes sociais, o proprietário, mantendo parte da ruína, teria a possibilidade, à luz da interpretação do próprio, que não era jurista nem muito menos arquiteto, de reconstruir a casa em condições. -----

-----Referiu que a Câmara Municipal vinha tendo uma excelente relação com o proprietário, e podia dizer, que não era segredo, que em tempos tinha sido colocado, pelo proprietário, poder reabilitar aquela casa para fazer uma pequena área comercial. Tinha um ónus porque fazia parte de um PNA, e era necessário também criar ali uma bolsa de estacionamento, que era uma matéria que não era totalmente clara de acordo com as regras que estavam na área complementar do PNA. -----

-----Sobre as praias e os nadadores-salvadores, disse que, sem prejuízo depois da Vereadora Argentina poder dar mais alguma informação, aparentemente tinham tudo articulado para que no início da época balnear estivessem completos todos os planos integrados de praia quer por via da contratualização dos nadadores-salvadores por parte dos concessionários, quer por via da contratação de nadadores-salvadores por parte da Câmara nas praias não concessionadas. -----

-----Referiu que tinha acompanhado esta matéria também no último mandato e que todos os anos havia dificuldade em contratar um dos salvadores, portanto, não conseguia perceber quando se havia colocado a questão de se antecipar e contratualizar. Sabia que na região do Algarve, havia-se contratado na América do Sul, um conjunto de salvadores, mas num quadro de uma operação regional, nem sequer tinha sido uma operação municipal, e havia uma clara dificuldade, sendo que grande parte dos nadadores-salvadores eram jovens estudantes, sobretudo do ensino secundário ou do ensino superior, em que a disponibilidade que tinham para fazer aquele parte time era quando terminava o ano letivo, o período ou o semestre, consoante o ciclo de ensino. Havia todos os anos dificuldades, e até a própria Câmara tinha muitas dificuldades na contratação de nadadores-salvadores. -----

-----Sobre a aquisição solos da Vila Amália, disse que não carecia deliberação da Câmara porque o valor da adjudicação estava dentro das competências do Presidente da Câmara. Referiu que podia-se inferir que era um valor relativamente baixo. O Presidente da Câmara tinha competência para adquirir bens imóveis até 35.000,00€, o que significa que havia utilizado a sua competência num valor mais baixo do que os

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

35.000,00€ na aquisição dos solos da Vila Amália, que eram 3 artigos e que envolvem praticamente toda a área. Só faltava um artigo de 800 metros que iriam ver se se conseguiam adquirir à entidade que o tinha neste momento.-----

-----Relativamente à Lagoa de Albufeira e os afluentes, disse que estava a decorrer a operação de abertura da Lagoa de Albufeira ao mar que havia atrasado cerca de uma semana por questões de procedimento de contratação pública. Acrescentou que tinham uma expectativa de iniciar esta operação na semana passada, mas havia iniciado hoje e tinha prevista a abertura do canal no dia 18.-----

-----Disse que havia o problema do assoreamento, que era um problema que todos os anos iria dificultar mais, e referiu que a informação que tinha neste momento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) era que o projeto de execução estava pronto o Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) e que podia haver boas notícias com financiamento do fundo ambiental para o próximo ano, mas isto era uma informação informal, se bem que o projeto de execução e o RECAPE eram informações bastante úteis, porque sem isso seria impossível avançar para a operação de maior dimensão de abertura e desassoreamento da Lagoa da Feira. -----

-----Disse também que, apesar de terem um protocolo de delegação de competências para poder exercer a abertura da Lagoa de Albufeira de forma legal, porque se não o tivessem estavam a fazer uma despesa ilegal, já tinham remetido o contrato interadministrativo de financiamento do que tinham gastado no ano de 2022, do ano de 2023 até ao montante máximo de 100.000,00€, alguns ajustes que teriam de fazer ao articulado, mas era provável que fosse à Câmara numa das próximas reuniões sendo esta ressarcida do que havia gastado no ano passado e do que iria gastar também este ano.-----

----- Sobre as a aquisição do chaimite, disse que esta não tinha sido adquirido, mas cedido e doado pelo Estado-Maior do Exército, sem prejuízo da segunda apreciação feita pelo Deputado, sobre a qual discordavam. Aliás, até tinha sido colocado em sede da comissão promotora e não se recordava do Bloco de Esquerda e do seu representante ter colocado nenhuma apreciação nesse sentido. Acrescentou que não tinham gastado dinheiro nenhum no chaimite e que não sabia qual era o modelo de aquisição de um veículo desta natureza, mas este tinha sido cedido gratuitamente no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, a exemplo do que existia também em num conjunto de municípios. -----

-----Relativamente à recomendação dos Transportes Metropolitanos de Lisboa, referiu que não tinha havido ainda nenhuma alteração das paragens e que havia um conjunto infundável de pequenas coisas que era preciso retificar que se iam verificando no quadro da operação. Havia linhas que não tinham a totalidade das paragens do respetivo percurso e, portanto, neste momento o operador nem parava em

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

algumas paragens porque a linha, por lapso, não identificava uma paragem. Deu o exemplo de que uma carreira que passasse no Zabumjal e não tivesse no caderno de encargos para parar na paragem junto à Cooperativa Zambujalense, não parava, o que não era o caso, mas havia algumas.-----

-----Disse que, curiosamente, no dia 8 de Maio, tinha havido uma reunião para tentar afinar algumas coisas, a primeira de todas, sendo que até então não tinha havido nenhuma a não ser de afinação de horários por questões de certos com as escolas e de urgências, mas as afinações dos locais das paragens, da possibilidade de fazer umas pequenas alterações no percurso, só na segunda-feira é que tinha havido uma reunião técnica entre a TML e a Câmara de Sesimbra, no sentido de aferir, eventualmente, essas mesmas alterações.-----

----- Referiu que neste momento havia um reequilíbrio financeiro que era preciso fazer na operação de transportes, sendo que já havia esse compromisso, e a deliberação da Assembleia Municipal permitia ir ao montante de 1.200.000,00€ e só estavam a gastar 1.000.000,00€, mas iriam ser confrontados mais 200.000,00€ já a partir deste ano para suprimir o equilíbrio financeiro da operação que não tinha neste momento a procura que estimavam que tivesse quando tinham feito o concurso em 2019, antes da pandemia. -----

-----No que dizia respeito à ata de acompanhamento do PDM, disse que quase todos os pareceres serem desfavoráveis ou favoráveis condicionados seria impossível, porque se fossem, a proposta não tinha passado na Comissão de acompanhamento, mas tinha passado. Acrescentou que conhecia este processo e conhecia sobretudo o dos municípios à volta que não eram muito diferentes. Aliás, grande parte das questões eram apreciações por falta de informação que eram colocadas pelas próprias entidades, e estavam a entrar num período, que era perfeitamente normal, de concertação. -----

-----Disse que, apesar de não ser o próprio o representante da Câmara, tinha estado na Comissão de acompanhamento, assim como o Presidente da Assembleia Municipal, na reunião realizada no dia 20 de janeiro, e do ponto de vista geral, com falhas que existiam, sendo que algumas delas tinham a ver com cartografia, a má classificação das exclusões da REN, que era uma das questões que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) evocava, e a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) achava que nas áreas de proteção do património não deviam de ter excluído a REN, porque podia ficar mais uma proteção. Grande parte das questões tinham sido colocadas e isso tinha sido evidenciado perante todos, com exceção do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), porque o parecer deste havia chegado depois da reunião da comissão de acompanhamento e, portanto, só o haviam conhecido depois da reunião. Acrescentou que o representante do ICNF não tinha estado presente, o que

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

era uma coisa, no mínimo, caricata, mas grande parte dos representantes presentes, de certa forma retirando as questões que cada um indicava, muitos deles por omissão de informação que queriam que fosse completada, haviam elogiado o modelo, sobretudo de ordenamento, que era o que importava neste caso, no lato senso, naquilo que eventualmente era a proposta da Câmara Municipal. -----

-----Acrescentou que também indicavam que devia ser mais pormenorizado o modelo de financiamento dos objetivos estratégicos e que o tinham tentado adequar, como era conhecido aqui, aos programas de financiamento que hoje já tinham uma maturidade diferente da altura que os haviam apresentado. Por fim, disse que não sabia qual era o conhecimento que os deputados tinham de outros PDMS, o próprio tinha de alguns, e a CM de Sesimbra tinha sido bastante elogiada no modelo que havia apresentado, e agora era fase de concertação, que era perfeitamente normal, com o plano que tinha sido aprovado pela maioria das entidades. -----

-----Relativamente ao Centro de saúde, disse que não tinham, neste momento, nenhuma informação do funcionamento. Tinham a certeza de que não estava a funcionar em condições, sendo que o atendimento complementar neste momento estava a funcionar exclusivamente ao fim de semana com deficiências. Referiu que a proposta que existia em “cima da mesa”, de uma forma informal, era que o atendimento complementar na nova Unidade de Saúde de Sesimbra pudesse vir a ser desenvolvida por profissionais das próprias unidades de saúde familiar do Concelho. -----

-----Disse também que iriam ter uma reunião nos próximos dias com o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Arrábida, para perceber que ponto de maturidade existia esta sugestão/intenção, e a opinião que iriam transmitir era que a Unidade de Saúde de Sesimbra devia iniciar o funcionamento, tendo estabilizado o modelo de financiamento do atendimento complementar que, admitia que iria ser aquilo que todos gostariam, ou seja, aberto 24 horas, porque isso seria difícil, mas mais importante do que isso era o máximo de alargamento de horário, incluindo os dias de semana, e, sobretudo, com profissionais que garantissem o efetivo funcionamento, que era uma coisa que neste momento não era possível porque era com a recurso a uma empresa de prestação de serviços.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador Márcio Souza** que cumprimentou todos os presentes e, relativamente à questão sobre o aterro do Zambujal, colocada pelo Deputado João Castanho, disse que o Senhor Presidente já tinha dado toda informação, sendo que a informação que o próprio tinha também tinha tido acesso através da imprensa nacional. Acrescentou que não tinha conhecimento das análises e que achava que assim que possível iriam ter essa informação em mãos e poderiam e partilhar com todos. - -----

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre o exercício de dia 01 de março, nomeadamente o Sismex, disse que havia servido para avaliar os pontos de risco da Concha da Vila e que o plano de segurança era sempre revisto e atualizado. Sobre o problema da Rua Marquês de Pombal, disse que havia alguns pontos já sinalizados que tinham de ser revistos e que era uma rua que trazia grandes preocupações. Acrescentou que tinham tido também o cuidado de rever as bocas de incêndio, que estavam todas operacionais, sendo que a Concha da Vila era sempre preocupante devido à sua mobilidade muito restrita, e em relação ao mapa de risco, referiu que esse era sempre atualizado. -----

-----Concluiu dizendo que iria fazer chegar ao Deputado João Castanho, o relatório solicitado por este.

-----Fez uso da palavra a **Vereadora Argentina Marques** que cumprimentou todos os presentes e, relativamente à utilização do Cais da Praia do Ouro, sobre o pedido de informação solicitado, disse que tinha um e-mail que havia saído do Gabinete do Turismo a 26 de agosto de 2022 e que à partida teria sido entregue, mas iria ver com o serviço o que é que se tinha passado. De facto, o email tinha as respostas a todas as questões que o Deputado João Castanho havia colocado. -----

-----Referiu que a colocação do portão no Cais tinha sido no sentido, essencialmente, de inibir situações de ocupação daquele espaço e os saltos para a água. Era um cais utilizado pelos operadores marítimo turísticos através de cartões que permitiam saber quem eram as marítimo turísticas que haviam utilizado e quantos acessos tinham sido realizados. Acrescentou que todos os dados que tinham aqui, bem como o regulamento de acesso, tinha sido enviado na altura deste e-mail. -----

-----Sobre os nadadores-salvadores, disse que, em termos de toda a Costa de Portugal, vinham tendo algumas limitações na contratação destes, sendo que, querendo Sesimbra antecipar-se também a este problema, haviam contactado a associação de nadadores-salvadores, precisamente para promover um curso de nadadores-salvadores em Sesimbra. Tinham articulado com os vários serviços da Câmara, com a piscina, com equipamentos e salas, e à última da hora não tinha havido formador para esse curso. Entretanto, haviam feito uma parceria com uma empresa com mesmas condições, nomeadamente com a empresa 4EMES, que neste momento estava a realizar um curso de nadador-salvador em Sesimbra, que havia iniciado a 26 de abril e que previam que colmatasse algumas das necessidades do Distrito de Setúbal e, essencialmente, do Concelho de Sesimbra. -----

-----Referiu que, relativamente à disponibilização de nadadores-salvadores, nas praias que estavam concessionadas, competia aos concessionários, como acontecia nas Praias do Ouro, da Califórnia, do Moinho de Baixo e da Lagoa-mar. Acrescentou que a Praia da Lagoa-interior ainda não estava concessionada e que tinha havido agora o concurso público para essa concessão, mas que não iria a tempo



Assembleia Municipal de Sesimbra

deste verão, sendo que ainda teria de ser a Câmara Municipal a garantir os nadadores-salvadores. Referiu também que este ano tinham optado pela realização de um concurso público de consulta prévia a associações para garantir esse serviço, mas infelizmente apenas uma associação havia concorrido com um valor a acima do proposto, portanto, iriam lançar novamente esse concurso. Acrescentou que este ano haviam optado pelo concurso de consulta prévia porque o *core business* da Câmara Municipal de Sesimbra não era gerir nadadores-salvadores, nem do Gabinete de Turismo, portanto, uma associação teria muito mais capacidade para gerir esses nadadores-salvadores do que os funcionários da Câmara Municipal de Sesimbra. Este era o motivo pelo qual este ano estavam a fazer o concurso e teriam de aumentar o preço para terem propostas que fossem de encontro aos preços praticados, mesmo quando a Câmara Municipal, no ano passado, havia feito a contratação de nadadores-salvadores *per si*, pessoa a pessoa, onde os valores já tinham sido elevados face à escassez de nadadores-salvadores, portanto, esperavam que este ano, quer a Câmara Municipal de Sesimbra, quer os concessionários a atuar no Concelho, não tivessem falta de nadadores-salvadores, e esperavam que os jovens que saíssem deste curso, preferissem Sesimbra para exercer a sua atividade. -----

-----Foi cedida a palavra à **Vereadora Felicia Costa** que começou por cumprimentar todos os presentes e os que assistiam em casa e, sobre a reunião com alguns representantes de refugiados da Ucrânia, referiu que o pedido da reunião estava relacionado com a dificuldade em arranjar casa de arrendamento para muitas famílias ucranianas, e disse que os serviços de ação social da Câmara Municipal estavam a dar, desde o primeiro momento, acompanhamento não apenas ao nível da procura de casas ou na solução em termos de habitação, mas também ao nível da integração de crianças em escolas e serviços públicos de saúde, mas, na verdade, a situação mais crítica tinha a ver com as questões do arrendamento que não eram também estranhas às situações de arrendamento difíceis que estavam para a generalidade da população portuguesa, sobretudo nas áreas de maior pressão, como as áreas metropolitanas. -----

-----Disse que neste momento tinham uma candidatura já efetuada ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), que ia até ao final deste ano. No âmbito dessa candidatura, a Câmara previa poder vir a gastar, com apoio ao arrendamento, fundo para suprir a diferença entre aquilo que as famílias podiam suportar e os valores reais no mercado de arrendamento, cerca de 100.000,00€, que seria, de alguma forma, ressarcida através dessa candidatura. Acrescentou que, como não podiam ter duas candidaturas em simultâneo, até ao final do ano, era com recurso ao FAMI que todas as famílias que recorressem aos serviços da Câmara poderiam ter essa oferta, com a Câmara a suportar a diferença. A partir de janeiro do próximo ano, iriam avançar com a opção da Porta de Entrada, que permitiria vir a apoiar algumas famílias

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que continuariam a precisar de arrendamento. Aquilo que sabiam era que algumas famílias estavam a abandonar o Concelho até pela dificuldade de encontrar uma casa, porque já não era uma questão de se podiam ou não suportar, e por isso haviam aberto estes financiamentos, quer do FAMI quer do Porta de Entrada. O problema era mesmo a dificuldade em encontrar mercado de arrendamento para a generalidade das famílias. -----

----- Basicamente, a reunião tinha sido feita a identificação de agregados familiares onde havia situações mais críticas. Alguns estavam estabilizados, tinham uma casa arrendada e as situações estavam relativamente tranquilas. Havia também situações de famílias que, no início, até tinham algum dinheiro que lhes havia permitido, sozinhos, fazer face ao arrendamento e, neste momento, ou porque não estavam a trabalhar ou porque o trabalho que, entretanto, haviam encontrado em Portugal, como os salários baixos que se praticavam, também não conseguiam suportar o arrendamento. Neste sentido, tinha-se identificado as famílias que estavam, neste momento, a entrar numa situação mais crítica para, com base nestes dois recursos, o FAMI e, depois, a Porta de Entrada, vir a apoiar para além dos outros apoios que já estavam a dar, fosse ao nível da alimentação ou ao nível do apoio escolar.-----

----- Em relação à Carta Educativa e à Carta Municipal de Habitação, referiu que o próprio Deputado João Castanho tinha estado numa das reuniões que tinham feito para a construção da Carta Municipal de Habitação, e, no fundo, a metodologia e a cronologia que tinham sido apresentadas eram aquelas que estavam a seguir.-----

-----Explicou que Carta Municipal de Habitação estava a ser feita através da contratação de uma empresa externa ligada a uma universidade, nomeadamente, ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e era essa equipa que estava a elaborar, em conjunto dos técnicos da Câmara da Divisão de Habitação e também com o apoio do grupo de pessoas que a Câmara tinha vindo a convidar para reuniões parcelares, sentido pelo qual tinha estado presente o Deputado João Castanho, dar os seus contributos sobre a apreciação das necessidades que eram distintas no Concelho, também de acordo com as realidades das 3 freguesias, sendo que a realidade era diferentes apesar de haver problemas comuns. -----

-----Referiu que havia outras reuniões agendadas com outro núcleo de parceiros e outras entidades para recolher também o contributo dado naquela reunião, e disse que estava a ser previsto que a equipa que estava a laborar a Carta Municipal de Educação pudesse apresentar o seu trabalho final até ao Verão. Obviamente, esse trabalho final teria de ser validado pela Câmara, ser apresentado à Assembleia Municipal e ir para consulta pública, e a partir daí poderia estar em condições de, com os contributos que iriam ainda



Assembleia Municipal de Sesimbra

recolher, fosse da Assembleia Municipal ou da consulta pública, dar à Câmara para aprovação e depois, sequentemente também à Assembleia Municipal para a sua validação final. -----

-----Sobre a Carta Educativa, disse que era um processo semelhante. Estava a ser elaborada com recurso a uma empresa externa também ligada a uma universidade e com recursos aos técnicos da Divisão de Educação da CMS. -----

-----Referiu que, neste momento, até pelo excesso de trabalho que tinham por via da delegação de competências, havia apenas uma única técnica, a Dr.ª Elisa Chagas, a acompanhar a entidade que estava a ajudar a elaborar a Carta Educativa, e, daí, também alguma demora na apresentação dos resultados finais, mas a intenção até ao final do ano era ter a revisão da Carta Educativa pronta para, no fundo ter o mesmo procedimento, apresentar à Assembleia para discussão, apresentação para discussão pública, aprovar na reunião de Câmara e depois novamente submetida à apreciação da Assembleia Municipal. -----

-----Em relação à situação da Escola Secundária da Quinta do Conde, disse que era uma nova escola secundária porque seria um edifício novo, mas aparentemente poderia ser enquadrada como requalificação e ampliação, até porque não havia candidaturas para novas construções. As candidaturas que neste momento havia, por via dos fundos comunitários, designadamente ao nível do Portugal 2030, eram para requalificação e ampliação. Acrescentou que, sendo a escola Michel Giacometti transposta para outro terreno, o terreno que desde sempre aviam anunciado e que a Câmara havia deliberado poder ceder para a construção de uma nova escola secundária, deixaria de haver a Michel Giacometti no local onde hoje se situava e, portanto, apesar de ser uma nova escola, no fundo, operação de candidatura seria de requalificação e ampliação da Escola Michel Giacometti. -----

-----Esta era uma escola que estava integrada na prioridade um e não se iriam conseguir candidatar já, até porque era necessário ter um maturidade em termos de projeto de execução que não estava feito, nem podia estar porque para estar feito tinham de chegar a este acordo a que haviam chegado hoje com a tutela, e até há 1 ano atrás esta nem era uma competência da Câmara e mesmo os equipamentos só tinham vindo para a posse da câmara por via da publicação das portarias em janeiro deste ano. Portanto, era impossível, sem um acordo com o Ministério da Educação, a Câmara ter avançado anteriormente para a elaboração de um projeto de execução. -----

----- Relembrou que, em 2017, quando haviam chegado a acordo com o Ministério da Educação para celebração do contrato programa que permitisse avançar com legitimidade, até em termos de despesa, para a requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, haviam colocado, já nessa altura, ao Ministério da Educação, a vontade da Câmara poder avançar com processo exatamente igual para a

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

construção de uma nova escola na Quinta do Conde, ao que o Ministério da Educação foi dizendo que considerava que a Escola Secundária da Quinta do Conde era uma prioridade, mas o facto era que o contrato programa que se havia celebrado para a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, nunca tinha sido celebrado, por falta de vontade do Ministério da Educação, em relação à Escola Secundária da Quinta do Conde. Portanto, só neste momento é que a Câmara tinha à sua disposição, os mecanismos legais que permitiam avançar para a elaboração de um projeto de execução que era uma percentagem do valor da obra. Acrescentou que tinham ainda de discutir com o Ministério qual seria o programa, quantas salas teriam, qual seria o tipo de escola e o tipo de oferta educativa, porque este também iria variar o projeto de execução. Saber se era mais uma escola virada para tecnologias ou, pelo contrário, mais virada para o ensino secundário regular. Portanto, essa era uma discussão que ainda tinham de ter como o Ministério da Educação, até para poder elaborar o caderno de encargos para a construção do projeto de execução, que obrigatoriamente teria de ser mandado fazer fora porque internamente não tinham capacidade na equipa de projetos para pegar mais neste projeto de grande envergadura. -----

-----Informou que hoje tinha sido dada “luz verde” por parte do Ministério para avançarem com o projeto que seria, no mínimo, 7 ou 8 milhões de euros. Isto a fazer face ao orçamento da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, e, portanto, um projeto de execução seria uma percentagem, que achava ser 10%, do valor da obra, que rondaria sempre cerca de 1.000.000,00€ entre as especialidades e a arquitetura. Era urgente que se avançasse rapidamente com acordo com o Ministério em relação ao programa, para que muito rapidamente pudessem fazer uma candidatura para a construção de requalificação e ampliação da Escola Secundária da Quinta do Conde. -----

-----Na reunião de hoje, tinha também sido dito que era necessário que a Câmara comesse a pensar numa ampliação da Escola Maria do Carmo Serrote. Referiu que iriam ter uma reunião sexta-feira entre os vários diretores de escolas e a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), mas aquilo que sabiam hoje do estudo que iria ser apresentado na sexta-feira sobre a rede para o Concelho de Sesimbra, era que havia uma rutura total ao nível das escolas, sobretudo na Freguesia da Quinta do Conde. Estava a antecipar dados que ainda não tinha presentes porque o estudo só iria ser apresentado na segunda-feira, mas aquilo que vinha sendo dito pelo Delegado Regional nas reuniões da comissão de acompanhamento, era que se previa que no próximo ano letivo, ou seja, em setembro, que fossem precisas mais 15 salas do que aquelas que neste momento estavam à disposição da comunidade educativa, o que significava que todas as turmas teriam ficar em desdobramento. Acrescentou que um objetivo da Câmara, desde há muito, que tinha conseguido concretizar com a construção de escolas de Jardim de infância e primeiro ciclo, era

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

ter praticamente todas as turmas em horário normal, sendo que as únicas que não estavam em horário normal eram das escolas pequeninas da Freguesia do Castelo do Agrupamento Navegador Rodrigues Soromenho, nomeadamente a Escolas da Aiana, do Meco e da Azoia, porque eram escolas pequenas, muitas vezes só com 2 salas, onde havia regimes do duplos, mas em todas as outras salas, também fruto de um investimento que durante anos o Município de Sesimbra tinha feito em escolas que eram da sua responsabilidade, tinham praticamente todas as escolas de primeiro ciclo em horário normal, ou seja, os alunos entravam às 8h00 e saíam às 15h30 da tarde. Mas, com esta rutura já anunciada pela DEGESTE, significava que iriam ter um retrocesso em relação ao modelo que tinham conseguido consolidar nos últimos anos e teriam, a partir de setembro, todas as turmas de todas as escolas em regime duplo, ou seja, alunos que tinham aulas de manhã e alunos que tinham aulas à tarde. -----

-----Referiu que na reunião de hoje, tinha sido dito que, em relação às escolas do segundo, terceiro ciclo e secundário, para além de aproveitar todos os espaços possíveis, nomeadamente os espaços de bibliotecas, iria-se encurtar também os tempos das aulas que, em vez de ter 50 minutos, passariam a ter 40 ou 45 minutos, por forma a encaixar mais um bloco de aulas. Portanto, era nesta situação que iniciariam as aulas em setembro. Numa situação de rutura quase total que se devia, segundo o Ministério da Educação, a 2 fenómenos: em primeiro lugar, havia uma maior procura de população imigrante na Freguesia da Quinta do Conde, mas o Concelho de Sesimbra, mas não era caso único, porque atingia praticamente todas as áreas metropolitanas, sobretudo Lisboa. Com a maior fixação de comunidades migrantes, tinham de ter resposta nas escolas. Referiu que também tinha havido uma ausência de equipamentos escolares em concelhos vizinhos, o que levava a que muitos dos alunos que estavam nas escolas de Sesimbra, particularmente na Freguesia da Quinta do Conde, não fossem do Concelho, mas do do Seixal, de Setúbal ou até do Barreiro. E, portanto, esta procura das escolas no Concelho, sobretudo na Freguesia da Quinta do Conde, por alunos de outras escolas, levava também a um aumento da pressão sobre os equipamentos escolares. Uma das questões que os diretores iriam querer apresentar na reunião de sexta-feira era exatamente, tentar recusar alunos que não eram da Freguesia da Quinta do Conde, mas achava que não havia base legal nenhuma para isso e, portanto, acho que era um exercício perdido, mas no fundo era uma tentativa que os diretores iriam fazer para evitar que muitas destas soluções que iriam ser apresentadas, nomeadamente a redução de horas de aula para se encaixar mais um bloco de aulas, se concretizasse, até porque percebiam que, em termos pedagógicos, isto não era desejável. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que a Escola Básica Maria do Carmo Serrote era uma daquelas que estava identificada pelo Ministério da Educação como necessária de ampliação para poder aumentar a oferta, designadamente ao nível do segundo e terceiro ciclo, na Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Disse que os dados a ser apresentados na reunião de sexta-feira, teria todo o prazer de os remeter para Assembleia Municipal, sendo que os dados resultavam do estudo que iria ser apresentado e que conheciam só por alto o número de 15 novas salas de aula. Mas, infelizmente, aquilo que perdiam para o próximo ano letivo era, na verdade, uma rutura praticamente generalizada ao nível do segundo, terceiro ciclo e ensino secundário, sobretudo na Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Quanto à situação da Casa do Povo, disse que ontem tinha havido uma reunião com a Comissão eleita que ainda não tinha tomado posse e com a Segurança Social. Referiu que, daquilo que a Comissão havia partilhado com a própria, esta reunião não tinha sido conclusiva. Portanto, a Segurança Social, aparentemente, só queria conhecer os novos rostos e novos interlocutores, não tendo adiantado mais a este grupo de pessoas eleitas, embora ainda não tendo tomado posse. A sensação que estas pessoas tinham trazido da reunião com a Segurança Social para a qual tinham ido com muitas expectativas, era que havia resultado numa mera conversa de conforto e pouco mais do que isto. -----

-----Disse que a situação atual era esta: Havia uma nova lista que se havia apresentado a eleições, tendo sido eleita e tinha até dia 19 deste mês para tomar posse, a concluir num prazo de 30 dias. Neste momento, ainda não sabiam se iam ou não tomar posse porque, ao fazê-lo, iriam herdar todo o passivo, que ascendia mais de 600.000,00€, que as direções sucessivas tinham vindo a acumular. Esse passivo estava dividido entre várias hipotecas e planos de pagamento, umas ao Estado, à própria Segurança Social e à Autoridade Tributária, outras a bancos, designadamente pela hipoteca de um terreno. Portanto, na totalidade, embora estas contas também não tivessem sido ainda rigorosamente calculadas, aquilo que tinha sido apresentado pela direção que ainda estava em exercício, era mais do que 600 mil euros, bem como dívidas a pequenos fornecedores locais, nomeadamente ao talho, à oficina, à EDP, entre outros.-----

-----Neste momento, havia também um défice mensal de cerca de 20 mil euros, que podia agravar-se uma vez que a segurança social fazia revisão dos acordos todos os meses, ou seja, como instituição ia perdendo utentes porque as pessoas estavam, de alguma forma, com poucas expectativas e receosas pelo futuro da instituição e sempre tinham a alternativa de integrar o seu filho, no caso da infância, ou o seu pai ou a sua mãe, no caso da resposta para idosos, e procuravam outras soluções, fazendo diminuir o valor dos acordos, o que fazia com que o défice de 20 mil euros fosse aumentando e agravando todos os meses. Esta



Assembleia Municipal de Sesimbra

era uma situação que, obviamente, a direção eleita tinha algum receio de assumir e, portanto, ainda havia dúvidas de poder ou não tomar posse. -----

-----Referiu que os salários deste mês ainda não tinham sido pagos, apesar da Segurança Social ter transferido a verba de acordo com os acordos e dos pais continuarem a pagar as suas prestações. Acrescentou que tinha falado com a Diretora da Segurança Social esta semana, a este propósito, e esta havia feito um telefonema para o senhor Florival, sendo que este, aparentemente, hoje já tinha dado ordens à Secretaria para avançar com o processamento dos vencimentos, não na totalidade, porque aparentemente não havia dinheiro para pagar na totalidade, mas uma parte. -----

-----Disse que tinham falado com a Segurança Social sobre as várias possibilidades que havia para salvar a Casa do Povo, e a perspetiva desta era que não havia muita possibilidade de poder salvar, dado este cenário que se agravava todos os meses. Portanto, aquilo que poderia ser visto como solução era que uma instituição pretendesse fundir com a Casa do Povo, assumindo todas as responsabilidades e as dívidas da Casa do Povo, assim, nesta sequência, haveria disponibilidade da Segurança Social passar os acordos que tinha com a Casa do Povo, fosse ao nível da infância ou da terceira idade, para essa instituição para que pudesse avançar com essas respostas, ou ainda, reforçar, caso houvesse necessidade, sobretudo ao nível da infância, onde as respostas no Concelho eram mais restritas. Outra possibilidade que poderia haver, era uma instituição que quisesse arrendar as instalações da Casa do Povo, passando os acordos da Casa do Povo para essa instituição, com o arrendamento do edificado, com a possibilidade de avançar para um fundo de socorro social para a fazer algumas obras o edificado necessitava. Esse arrendamento, permitiria manter os acordos, reforçar as respostas sociais que o Conselho necessitava, sobretudo ao nível da infância e poderia ainda ficar com alguns funcionários, obviamente com contratos diferentes, porque seria uma nova entidade patronal, mas poderia ficar com alguns dos funcionários para dar resposta a este reforço das respostas sociais, que pudessem a vir dar. -----

-----Informou que tinham tido uma reunião e o Senhor Presidente do Centro paroquial, que se havia mostrado indisponível, como era compreensível, para avançar para uma situação de fusão com a Casa do Povo, mas havia-se mostrado disponível para avaliar a possibilidade de uma arrendamento das instalações. Tinham uma reunião marcada para segunda-feira com a comissão eleita e com o Centro Paroquial, às 09h30, nas instalações da Casa do Povo, para que o Centro Paroquial pudesse perceber se o arrendamento era uma solução ou não. O que se pretendia com esta solução era que os utentes, fosse ao nível da infância ou ao nível dos idosos, pudessem continuar a ter as respostas sociais asseguradas e que, eventualmente, alguns dos funcionários que estavam neste momento em risco de não ter vencimento e de ir para o

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

desemprego, pudessem continuar a ter a sua atividade assegurada pelo Centro Paroquial. Portanto, esta seria uma possibilidade que iriam avaliar, sendo que aquilo que tudo indicava era que mais cedo ou mais tarde, mas tinha de ser a própria Casa do Povo e os seus associados a decidir, se entraria numa situação de insolvência ou não em relação à própria instituição, sendo que a Segurança Social achava que não haveria outra solução, mas isto não era a Câmara nem a Segurança Social, mas os associados da Casa do Povo que tinham de tomar esta decisão. -----

-----Disse que a decisão de Tomar posse ou não, era importante, porque se não o fizessem até dia 19, as contas, sobretudo os pagamentos dos vencimentos, ficariam na “terra de ninguém”, porque o seu ainda Presidente, dizia que a partir da altura em que tinha havido uma nova direção eleita, já não tinha nada a ver com aquilo e, portanto, já se recusava a fazer qualquer pagamento, e qualquer outra direção, para poder receber e ter acesso às contas bancária, tinha de tomar posse e, portanto, esta era uma decisão importante e pesada que estas pessoas que se haviam candidatado de uma forma generosa e voluntária para poder salvar a Casa do Povo, tinham de tomar nos próximos dias. -----

-----Disse que, neste momento, a Câmara tinha votado fornecer refeições, até porque o cozinheiro tinha deixado de ir trabalhar porque não recebia ordenado. E, portanto, a CM tinha votado para fornecer refeições confeccionadas noutras instituições. Neste momento, as viaturas também estavam paradas porque não havia dinheiro para as reparar, e sem estas não podiam fazer o apoio domiciliário e não podiam transportar crianças. Acrescentou que não tinham viaturas nem sequer dinheiro para mandar as viaturas para oficina, e isto era a “pedra final” na existência da instituição e, sobretudo, na resposta que neste momento ainda não tinha alternativa a todos os utentes da Casa do Povo. Portanto, aquilo que tinham dito hoje às pessoas eleitas, era que procurassem uma oficina, mandassem fazer um orçamento, e a Câmara, depois, logo que tivessem um interlocutor com legitimidade, através do regulamento de apoio ao movimento associativo, haveria, por via de subsídio, de fazer o pagamento da reparação da viatura. Agora a viatura não podia continuar parada e era urgente dar solução a esta questão. -----

-----Por fim, disse que este era o ponto dramático em que a Casa do Povo se encontrava, e na sua perspetiva muito pessoal, que começava já a ser a perspetiva das próprias pessoas que tinham sido eleitas, era que a solução teria de ser avançar para insolvência, porque não havia outra forma de salvar a Casa do Povo com estas dívidas e, sobretudo, com este défice que se agravava todos os meses em relação ao seu funcionamento regular. -----

-----De seguida, fez uso da palavra o **Presidente da AMS** que, relativamente ao pedido de informação que o Deputado Paulo Caetano havia referido ter solicitado via email, disse que o Serviço de Apoio à

Ata nº 24 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal tinha feito questão de procurar o email e confirmar que o Deputado havia enviado o email para a AM. Esta era a verdade dos factos e não custava nada repor a verdade, porque tinha esse dever. Referiu que o email tinha sido enviado para a AM no dia 30 de maio e, por despacho do próprio, havia sido remetido ao Presidente da CM no dia 06 de junho, cumprindo assim o que estava preconizado na tramitação da informação. Assim, a verdade estava reposta e pedia desculpa pela sua afirmação. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, cedeu a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----De seguida, declarou encerrada a sessão eram uma hora e vinte e trinta e cinco minutos do dia 11 de maio de 2023.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou.